



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de setembro de 2013)**

ANO LXVIII – SUP. "A" AO Nº 158 – QUARTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)
 1º VICE-PRESIDENTE
 Jorge Viana - (PT-AC)
 2º VICE-PRESIDENTE
 Romero Jucá - (PMDB-RR)
 1º SECRETÁRIO
 Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
 2ª SECRETÁRIA
 Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)
 4º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - Magno Malta - (PR-ES)
 2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
 3º - João Durval - (PDT-BA)
 4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

Líder do PMDB - 20
Eunício Oliveira (62,70)
 Vice-Líderes do PMDB
 Ricardo Ferraço (105)
 Romero Jucá (40,104)
 Vital do Rêgo (107)
Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)
 Vice-Líder do PP
 Ana Amélia (12,88)
Líder do PSD - 2
Sérgio Petecão (84,87)
 Vice-Líder do PSD
 Kátia Abreu (11,13,52,60,85)
Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)
 Vice-Líderes
 Acir Gurgacz (49,55,67,97)
 Rodrigo Rollemberg (69,98)
 Inácio Arruda (89,99)

Líder do PT - 2
Wellington Dias (24,65,90)
 Vice-Líderes do PT
 Walter Pinheiro (22,27,93)
 Aníbal Diniz (25,94)
 Paulo Paim (95)
 Eduardo Suplicy (96)
Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
 Vice-Líder do PDT
 Zeze Perrella (86)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)
 Vice-Líderes
 Wilder Morais (101)
 Cyro Miranda (31,103)

Líder do PSDB - 11
Aloysio Nunes Ferreira (7,68)
 Vice-Líderes do PSDB
 Cássio Cunha Lima (74)
 Alvaro Dias (78)
 Paulo Bauer (5,35,79,80)
Líder do DEM - 3
José Agripino (2,10,14,44,46,77)
 Vice-Líder do DEM
 Jayme Campos (28,106,110)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 15

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)
 Vice-Líderes
 Alfredo Nascimento (41,66)
 Eduardo Amorim (17,47,48,72)
 Blairo Maggi (19,51)
 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

Líder do PTB - 7
Gim (56,58,59)
Líder do PR - 6
Alfredo Nascimento (41,66)
 Vice-Líder do PR
 Antonio Carlos Rodrigues (92)
Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

Líder do PCdoB - 2
Inácio Arruda (89,99)
 Vice-Líder do PCdoB
 Vanessa Grazziotin (1,91)
Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)
 Vice-Líderes
 Gim (56,58,59)
 Benedito de Lira
 Lídice da Mata (29,38,82)
 Jorge Viana
 Vital do Rêgo (107)

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
 Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga
 Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
 Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
 Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
 Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de
 Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
 Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de
 Debates Legislativos

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de setembro de 2013)	4
--	---



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**3^a Sessão Legislativa Ordinária da
54^a Legislatura - 2013**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Setembro/2013**

A - SECRETARIA DE GESTÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 30/09/2013

_tipo da sessão	Quantidade
De Debates Temáticos	1
Deliberativa Ordinária	13
Especial	2
Não Deliberativa	8
Total de sessões realizadas	24

Quadro Geral de Matérias
01 a 30/09/2013

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	2	-	-	0	0	0	1	3
PLC	4	3	2	0	0	7	0	16
PLS	4	10	14	0	1	17	2	48
SCD	0	0	0	1	0	0	0	1
PDS Atos Internacionais	1	0	0	0	0	0	1	2
PDS Rádio/TV	0	13	0	0	0	0	0	13
PRS	2	0	0	0	0	0	1	3
MSF	3	-	-	0	0	0	0	3
Total	16	26	16	1	1	24	5	89

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 30/09/2013

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Total
MPV	1	0	1	2
PLV	-	3	0	3

Quadro de Requerimentos 01 a 30/09/2013

Natureza	Total
Audiência de comissão	2
Calendário especial	1
Congratulações, pesar e assemelhados	23
Desapensamento de matérias	1
Destaque	31
Informações	29
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	10
Prorrogação de comissão temporária	1
Prorrogação de prazos de comissão de código	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	1
Retirada de matéria	13
Tramitação conjunta	7
Urgência para matéria	7
Total Geral	128

Quadro de Matérias Aprovadas por Origem

01 a 30/09/2013

	PRES REP	SF	CD	Total
PEC	0	2	0	2
PLC	0	-	7	7
PLS	-	14	-	14
PDS Atos Internacionais	1	-	-	1
PDS Rádio/TV	13	-	-	13
PRS	-	2	-	2
Total	14	18	7	39

**Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa
De 01 a 30/09/2013**

Fundamentação – RISF	Deferidos
Art.13⁽¹⁾	69
Art. 40 – sem ônus⁽²⁾	2
Art. 43, I⁽³⁾	10
Art. 43, II⁽⁴⁾	4
Soma	85
 Requerimentos de Retirada	 0

(1) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;
 (2) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;
 (3) Requerimento de licença para tratamento de saúde; e
 (4) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares.

**Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário
De 01 a 30/09/2013**

Fundamentação – RISF	Aprovados
Art. 40 – com ônus⁽¹⁾	9
Art. 43, I⁽²⁾	0
Art. 43, II⁽³⁾	0
Art. 67⁽⁴⁾	0
Soma	9
 Missões não efetivadas⁽⁵⁾	 2

(1) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;
 (2) Requerimento de licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;
 (3) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente; e
 (4) Representação do Senado Federal.

(5) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
04/02 a 30/09/2013

Tipo da sessão	Quantidade
De Debates Temáticos	2
Deliberativa Extraordinária	2
Deliberativa Ordinária	90
De Premiações e Condecorações	1
Especial	11
Não Deliberativa	62
Total de sessões realizadas	168
Reunião	1
Reunião Preparatória	2
Total de Reuniões	3

Quadro Geral de Matérias
04/02 a 30/09/2013

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Transformada em Projeto de Resolução do Senado	Rejeitada pelo Plenário	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Retirada pelo autor	Prejudicada	Total
PEC	8	-	0	1	-	0	0	4	8	21
PLC	37	15	-	0	7	1	1	0	7	68
PLS	18	85	1	0	35	2	1	24	29	195
SCD	5	0	-	2	0	1	0	0	0	8
ECD	2	0	-	1	0	0	0	0	0	3
PDS Atos Internacionais	16	0	-	0	0	0	0	1	0	17
PDS Rádio/TV	0	231	-	0	0	0	0	0	0	231
Outros PDS	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
PRS	43	1	-	0	0	0	0	1	3	48
MSF	46	-	0	0	-	0	0	0	0	46
OFS	23	-	0	2	-	0	0	0	0	25
Total	202	332	1	6	42	4	2	30	47	666

Quadro Geral de Medidas Provisórias
04/02 a 30/09/2013

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Total
MPV	3	0	1	4
PLV	-	21	0	21

Quadro de Requerimentos

04/02 a 30/09/2013

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	15
Audiência de comissão	55
Auditória	6
Calendário especial	15
Congratulações, pesar e assemelhados	209
Convocação de autoridades	3
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	2
Criação ou alteração de comissão temporária	4
Desapensamento de matérias	22
Destaque	101
Encerramento de discussão	1
Extinção de urgência	1
Homenagem de pesar	13
Inclusão de matéria na Ordem do Dia	1
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações	160
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	3
Missão (em representação do Senado Federal)	147
Não realização de sessão	1
Preferência	11
Prorrogação da sessão	1
Prorrogação de comissão temporária	3
Prorrogação de prazo de indicações	1
Prorrogação de prazos de comissão de código	2
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	27
Reexame de matéria por Comissão	2
Retirada de matéria	55
Suspensão de prazo de comissão	1
Tramitação conjunta	70
Urgência para matéria	59
Votação em globo	13
Voto de aplauso ou semelhante	7
Voto de censura ou semelhante	2
Total Geral	1015

Quadro de Matérias Aprovadas por Origem
04/02 a 30/09/2013

	PRES REP	SF	CD	TST	Total
PEC	0	7	1	-	8
PLC	18	-	33	1	52
PLS	-	103	-	-	103
SCD	-	5	-	-	5
ECD	-	2	-	-	2
PDS Atos Internacionais	16	-	-	-	16
PDS Rádio/TV	231	-	-	-	231
Outros PDS	-	4	0	-	4
PRS	-	44	-	-	44
Total	265	165	34	1	465

Quadro de Normas Geradas por Origem

01/01 a 30/09/2013

Leis por iniciativa									
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República				Tribunal de Contas da União	Tribunal Superior do Trabalho	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	
		PLC	PLN	MPV	PLV				
12	23	21	2	3	22	1	2	1	

Emendas constitucionais por iniciativa		
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República
2	1	0

Quadros de Normas Geradas por Assunto

01/01 a 30/09/2013

Emendas Constitucionais. Total: 3

1. Administrativo. Total: 2

Assunto específico	Total
Administração pública: órgãos públicos	1
Organização político-administrativa do Estado	1

2. Social. Total: 1

Assunto específico	Total
Trabalho e emprego	1

Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 87

1. Administrativo. Total: 22

Assunto específico	Total
Administração pública: órgãos públicos	6
Llicitação e contratos	1
Organização político-administrativa do Estado	4
Servidores públicos	11

2. Econômico. Total: 31

Assunto específico	Total
Agricultura, pecuária e abastecimento	3
Desenvolvimento regional	2
Econômico	1
Minas e energia	2
Planejamento e orçamento	8
Política econômica e sistema financeiro	4
Recursos hídricos	1
Tributação	8
Viação e transportes	2

Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 87**3. Honorífico. Total: 7**

Assunto específico	Total
Data comemorativa	4
Homenagem cívica	3

4. Jurídico. Total: 4

Assunto específico	Total
Defesa nacional e forças armadas	1
Direito civil e processual civil	1
Direito penal e processual penal	2

5. Social. Total: 23

Assunto específico	Total
Arte e cultura	2
Desenvolvimento social e combate à fome	1
Direitos humanos e minorias	3
Educação	6
Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos	1
Meio ambiente	2
Saúde	4
Trabalho e emprego	4

**Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa
De 01/01/2013 a 30/09/2013**

Fundamentação – RISF	Deferidos	Retirados	Efetivos
Art.13 ⁽¹⁾	509	5	504
Art. 40 – sem ônus ⁽²⁾	10	0	10
Art. 43, I ⁽³⁾	66	0	66
Art. 43, II ⁽⁴⁾	34	0	34
Soma	619	5	614

(1) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;

(3) Requerimento de licença para tratamento de saúde; e

(4) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares.

**Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário
De 01/01/2013 a 30/09/2013**

Fundamentação – RISF	Aprovados	Não Efetivados ⁽⁵⁾	Efetivos
Art. 40 – com ônus ⁽¹⁾	153	31	122
Art. 43, I ⁽²⁾	4	0	4
Art. 43, II ⁽³⁾	0	0	0
Art. 67 ⁽⁴⁾	1	0	1
Soma	158	31	127

(1) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;

(2) Requerimento de licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;

(3) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente; e

(4) Representação do Senado Federal.

(5) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 30/09/2013

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 3

1. À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 18/2013	Altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.	Jarbas Vasconcelos	11/09/2013

2. Ao arquivo. Total: 1

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 91/2011	Altera o art. 37 da Constituição Federal para estabelecer a gratuidade de inscrição em concurso público.	Vital do Rêgo	03/09/2013

3. À promulgação. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 123/2011	Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.	Otavio Leite	24/09/2013

Matéria: Medida Provisória. Total: 2

1. Ao arquivo. Total: 1

Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 617/2013	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona.	Presidente da República	30/09/2013

Matéria: Medida Provisória. Total: 2**2. À promulgação. Total: 1****Aprovada na íntegra. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 616/2013	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.932.125.346,00, para o fim que especifica.	Presidente da República	11/09/2013

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 3**1. À sanção. Total: 3****Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 18/2013	Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 614, de 2013	03/09/2013
PLV 21/2013	Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canavais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB; autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE; altera os prazos previstos nas Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a regularização de áreas ocupadas por entidades de assistência social, de educação ou templos de qualquer culto no Distrito Federal; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira, banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nºs 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 615, de 2013	11/09/2013
PLV 22/2013	Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal, altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 620, de 2013	17/09/2013

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 16**1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 4****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 99/2007	Acrescenta inciso XX ao caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. (Prevê penalidade para estacionamento irregular, em vaga para pessoas portadoras de deficiência física).	Paulo Rocha	18/09/2013
PLC 26/2013	Altera os arts. 173, 174, 175, 191, 202, 203, 292, 302, 303, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre sanções administrativas e crimes de trânsito.	Beto Albuquerque	19/09/2013

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 70/2012	Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes.	Lincoln Portela	02/09/2013
PLC 59/2010	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.	Miguel Martini	16/09/2013

2. Ao arquivo. Total: 9**Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 79/2009	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher).	Alice Portugal	19/09/2013
PLC 171/2009	Altera a redação do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (cria a disciplina "Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio)	Lobbe Neto	19/09/2013

Prejudicada. Total: 7

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 103/2007	Acrescenta inciso III ao parágrafo único do art. 281 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, que cuida do julgamento da consistência do auto de infração.	Pastor Frankembergen	18/09/2013
PLC 128/2007	Altera o caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que as saídas de emergência dos ônibus e microônibus devem ser visíveis independentemente da existência ou não de luz ambiente.	Elismar Prado	18/09/2013
PLC 74/2008	Altera o inciso VI do caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre especificidades dos veículos de duas rodas.	Inocêncio Oliveira	18/09/2013

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 16**2. Ao arquivo. Total: 9****Prejudicada. Total: 7**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 165/2008	Altera o art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, sobre notificação de infração.	Luiz Bittencourt	18/09/2013
PLC 172/2008	Acrescenta art. 81-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre placa indicativa de pronto-socorro nas rodovias.	Lobbe Neto	18/09/2013
PLC 198/2008	Altera a redação do inciso IX do caput do art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (obriga os órgãos de trânsito estaduais a encaminharem relatórios semestrais das ocorrências de trânsito aos Municípios).	Sandra Rosado	18/09/2013
PLC 48/2009	Acrescenta inciso VIII ao caput do art. 23 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar competência às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.	Lincoln Portela	18/09/2013

3. À sanção. Total: 3**Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 40/2013	Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.	Beto Mansur	19/09/2013
PLC 83/2011	Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.	Edigar Mão Branca	24/09/2013

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 29/2013	Declara a raça de cavalos Manga-Larga Marchador raça nacional.	Arthur Oliveira Maia	04/09/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 48**1. À Câmara dos Deputados. Total: 14****Aprovada pelo Plenário. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 441/2012	Altera a redação dos art. 8º, 11, 16, 17-A, 26, 28, 36, 37, 38, 45, 47, 52, 57-A e 77, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para eleições, para reduzir o tempo e diminuir o custo das campanhas eleitorais e dá outras providências.	Romero Jucá	16/09/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 48**1. À Câmara dos Deputados. Total: 14****Aprovada pelo Plenário. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 141/2011	Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.	Roberto Requião	18/09/2013
PLS 380/2012	Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	19/09/2013
PLS 172/2007	Altera o § 2º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, de modo a permitir a doação de madeira de origem ilegal, apreendida pela autoridade ambiental competente, para programas de construção de moradias populares.	Mário Couto	23/09/2013

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 10

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 212/2009	Altera o art. 57 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para explicitar a aplicação das normas de propaganda eleitoral às rádios comunitárias.	Valdir Raupp	02/09/2013
PLS 244/2012	Altera a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, para permitir que a Mútua destine parte de sua arrecadação para medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro e do engenheiro-agronômo e para desenvolvimento de ações fiscalizadoras promovidas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia.	Eduardo Amorim	02/09/2013
PLS 217/2009	Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que o valor pago pela matrícula estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares, limitando-se em vinte por cento o porcentual da multa devida pelo cancelamento da matrícula.	Valdir Raupp	09/09/2013
PLS 571/2011	Altera o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do imposto de renda pago a maior	Vital do Rêgo	09/09/2013
PLS 344/2012	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior.	Cristovam Buarque	09/09/2013
PLS 161/2011	Altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar ao filho do segurado o menor sob sua guarda judicial, mediante declaração do segurado, desde que ele não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.	Paulo Paim	16/09/2013
PLS 253/2012	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para fixar regras de reeleição e de duração dos mandatos dos dirigentes de entidades desportivas.	Cássio Cunha Lima	16/09/2013
PLS 330/2011	Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.	Ana Amélia	18/09/2013
PLS 241/2012	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para fixar limite mínimo de fornecimento de medicamentos de uso contínuo pelas empresas produtoras e obrigá-las a advertir os consumidores sobre eventual encerramento da produção.	Jorge Viana	25/09/2013
PLS 263/2013	Acrescenta o § 13 ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para estabelecer que cônjuge ou companheiro não perde a condição de segurado especial mesmo quando o outro cônjuge ou companheiro ou qualquer um dos filhos maiores de 16 (dezesseis) anos exercer atividade remunerada permanente ou por período superior a cento e vinte dias.	Ana Amélia	25/09/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 48

2. Ao arquivo. Total: 34

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 14

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 240/2010	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para determinar que o programa do Seguro-Desemprego conceda bolsa de estudos provisória ao trabalhador desempregado e a seus dependentes, desde que comprovada a matrícula em instituições particulares de ensino superior.	Selma Elias	02/09/2013
PLS 51/2013	Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, para incluir os automóveis utilitários no rol de veículos isentos.	Lobão Filho	02/09/2013
PLS 43/2009	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critérios de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.	Marcelo Crivella	04/09/2013
PLS 271/2010	Altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos recursos do PDDE.	Flávio Arns	04/09/2013
PLS 17/2010	Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para excepcionar os concedentes de estágios não-obrigatórios para estudantes de medicina do cumprimento de exigências com repercussões pecuniárias.	Maria do Carmo Alves	09/09/2013
PLS 31/2008	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino facultativo da temática "História e Cultura Indígena Brasileira", e dá outras providências.	Cristovam Buarque	19/09/2013
PLS 143/2008	Altera o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o conteúdo relativo aos primeiros socorros no ensino fundamental e médio.	Geovani Borges	19/09/2013
PLS 155/2008	Dá nova redação ao § 4º do art. 26 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a incluir a obrigação de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil.	Tasso Jereissati	19/09/2013
PLS 371/2008	Altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para introduzir no currículo do ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia.	Jefferson Praia	19/09/2013
PLS 279/2009	Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania.	Pedro Simon	19/09/2013
PLS 95/2010	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a inclusão de componente específico de Práticas de Trabalho no currículo do ensino fundamental e médio.	Marisa Serrano	19/09/2013
PLS 232/2010	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na base curricular comum do ensino fundamental e médio o estudo dos aspectos geográficos, históricos e econômicos do Brasil, bem como de seus fundamentos legais.	Belini Meurer	19/09/2013
PLS 254/2010	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o estudo, no ensino médio, dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal.	Níura Demarchi	19/09/2013
PLS 181/2010	Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.	Marcelo Crivella	30/09/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 48**2. Ao arquivo. Total: 34****Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 264/2013	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), vedando o financiamento de campanhas eleitorais por pessoa jurídica.	Jorge Viana	20/09/2013

Prejudicada. Total: 17

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 71/2007	Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar nova destinação de parcela das receitas arrecadadas com a cobrança de multas de trânsito aos municípios.	Antonio Carlos Valadares	18/09/2013
PLS 192/2007	Dá nova redação aos arts. 54, 55 e 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Wilson Matos	18/09/2013
PLS 201/2007	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para destinar aos municípios parcela da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito em rodovias federais.	César Borges	18/09/2013
PLS 222/2007	Altera o art. 131 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - para que sejam expedidas 02 (duas) vias do Certificado de Licenciamento Anual.	Romero Jucá	18/09/2013
PLS 257/2007	Acrescenta parágrafo ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre a implantação de sinalização de trânsito destinada às pessoas portadoras de deficiência visual.	Maria do Carmo Alves	18/09/2013
PLS 383/2007	Altera o § 1º do Art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para redefinir as condições de aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir por acúmulo de pontos em infrações cometidas.	César Borges	18/09/2013
PLS 401/2007	Altera o art.159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a notificação do condutor sobre a data limite para renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).	Marconi Perillo	18/09/2013
PLS 462/2007	Altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir os veículos sinistrados, com laudo de perda total e integralmente indenizados por companhia seguradora, entre aqueles sujeitos a baixa obrigatoriedade de registro.	Demóstenes Torres	18/09/2013
PLS 550/2007	Inclui novo § 3º no art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir que o candidato à habilitação na categoria A esteja habilitado há, no mínimo, um ano na categoria B ou superior e que não tenha cometido infração grave ou gravíssima, nem seja reincidente em infrações médias nos últimos doze meses.	Gilvam Borges	18/09/2013
PLS 594/2007	Altera o art. 303 e acrescenta os arts. 302-A e 303-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para aumentar as penas dos crimes de condução de veículo automotor em estado de embriaguez e de participação em via pública de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente.	Gilvam Borges	18/09/2013
PLS 613/2007	Altera o Código de Trânsito Brasileiro e o Código Penal, com vistas a aumentar as penas dos crimes que especifica e determinar que o juiz seja comunicado imediatamente sobre acidentes de trânsito com morte, para efeito de suspensão cautelar da habilitação do condutor.	Cristovam Buarque	18/09/2013
PLS 19/2008	Altera o Código de Trânsito Brasileiro para fixar referências na avaliação, pelo juiz, do elemento subjetivo nas hipóteses de homicídio e lesão corporal praticados na direção de veículo automotor.	Marconi Perillo	18/09/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 48**2. Ao arquivo. Total: 34****Prejudicada. Total: 17**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 202/2008	Altera dispositivo da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para exigir visibilidade dos equipamentos eletrônicos medidores de velocidade instalados nas vias públicas e impedir a vinculação do produto da arrecadação de multas à remuneração contratual.	Expedito Júnior	18/09/2013
PLS 253/2008	Acrescente-se §§ 6º e 7º ao artigo 147, da Lei nº. 9.503, de 23/09/1997, Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório a realização de exame psicológico ao "infrator contumaz da legislação de trânsito".	Romeu Tuma	18/09/2013
PLS 280/2008	Altera o art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a substituição dos caracteres de identificação da placa do veículo quando comprovada a existência de cópia obtida ilegalmente.	César Borges	18/09/2013
PLS 426/2008	Acrescenta parágrafo ao art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a terceirização na operação de aparelhos ou equipamentos empregados na fiscalização eletrônica de velocidades.	Gerson Camata	18/09/2013
PLS 71/2009	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para definir a destinação da madeira apreendida em operações de fiscalização realizadas pelos órgãos públicos.	Flexa Ribeiro	23/09/2013

Retirada pelo autor. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 230/2013	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para instituir a emancipação penal automática no caso de reincidência de ato infracional.	Gim	09/09/2013
PLS 427/2012	Institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária.	Lídice da Mata	19/09/2013

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 1**1. Ao arquivo. Total: 1****Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 294/2001	Regulamenta a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências.	Cpi - Futebol - 2000	13/09/2013

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 15**1. Ao arquivo. Total: 1****Retirada pelo autor. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 498/2012	Altera o Decreto Legislativo nº 54, de 1995, que aprovou o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.	Ana Amélia	26/09/2013

2. À promulgação. Total: 14**Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 123/2013	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	12/09/2013

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 91/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARATAQUENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arataca, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013
PDS 96/2013	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRIÂNGULO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013
PDS 97/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DELTA DO JACUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013
PDS 110/2013	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CARIJÓS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013
PDS 111/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA O BEM DA COMUNIDADE DO Povoado CORURIPE DA CAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013
PDS 114/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE VILA NOVA DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova do Piauí, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013
PDS 116/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VITÓRIA FM DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passagem Franca do Piauí, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 15**2. À promulgação. Total: 14****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 13**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 130/2013	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES JORNAL DAS MISSÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013
PDS 134/2013	Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao PORTAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013
PDS 140/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE CARAVELAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caravelas, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013
PDS 155/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BONJESUENSE DE RADIODIFUSÃO - ACBR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus da Penha, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013
PDS 166/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO PRIMEIRO DE MAIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013
PDS 169/2013	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2013

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 3**1. Ao arquivo. Total: 1****Retirada pelo autor. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 65/2013	Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando os §§ 3º e 4º ao art. 99, para disciplinar o comparecimento quadrimestral do Secretário do Tesouro Nacional (STN) à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, a fim de expor e discutir a execução e os fundamentos da política fiscal.	Ricardo Ferraço	16/09/2013

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 3**2. À promulgação. Total: 2****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 68/2013	Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 45.270.000,00 (quarenta e cinco milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	03/09/2013
PRS 66/2013	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal.	Presidente do Senado Federal	16/09/2013

Matéria: Mensagem (sf). Total: 3**Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 74/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, e cumulativamente, junto à República da Uzbequistão.	Presidente da República	10/09/2013
MSF 75/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.	Presidente da República	10/09/2013
MSF 82/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea e, e 128, §1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do segundo mandato do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos.	Presidente da República	10/09/2013

Matéria: Requerimento. Total: 128**Aprovada pelo Plenário. Total: 44**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1011/2013	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar em diligência externa da Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, ao Estádio Arena Pantanal em Cuiabá-MT, no dia 09 de setembro de 2013.	Cícero Lucena	03/09/2013
RQS 1012/2013	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa e concessão de diária para participar em diligência externa da Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, na cidade de Cuiabá-MT, no dia 09 de setembro de 2013.	Valdir Raupp	03/09/2013
RQS 1015/2013	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, por designação do Presidente do Senado Federal, sua participação na 129ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se dias 06 a 09 de outubro de 2013, em Genebra, na Suíça. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 05 a 10 de outubro de 2013.	Ana Amélia	03/09/2013
RQS 1016/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos legislativos, no período de 17 a 24 de setembro de 2013, quando participará, com ônus para a Casa, dos trabalhos da 68ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a ser realizada em Nova York. Comunica, ainda, conforme o art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 14 a 25 de setembro de 2013.	Jorge Viana	03/09/2013
RQS 1021/2013	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, II, "a", do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como missão política de interesse parlamentar sua ausência no período de 28 a 31 de outubro de 2013, para participar da Conferência Parlamentar sobre a Reforma de Políticas de Drogas, organizada pelo Grupo Britânico da União Interparlamentar, em Londres, Inglaterra.	Ciro Nogueira	03/09/2013
RQS 1025/2013	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 14, § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, e na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul, licença dos trabalhos da Casa, de 17 a 20 de setembro de 2013, para participar das atividades correspondentes à reunião da Mesa Diretiva ampliada da Assembleia Parlamentar Eurolatinoamericana (EUROLAT), a realizar-se no período de 18 a 20 de setembro de 2013, na cidade de Puerto Plata, República Dominicana. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País entre os dias 17 e 21 de setembro de 2013.	Roberto Requião	03/09/2013

Matéria: Requerimento. Total: 128

Aprovada pelo Plenário. Total: 44

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1026/2013	Requerem, de acordo com o disposto nos arts. 154, III e § 5º e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que a sessão especial do dia 13 de setembro de 2013, destinada a celebrar os 70 anos de criação do Território Federal do Amapá", em cumprimento ao Requerimento nº 87, de 2013, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária, realizada no dia 3 de abril de 2013, seja alterada para o dia 16 de setembro de 2013.	Randolfe Rodrigues	03/09/2013
RQS 1029/2013	Requer, nos termos do art. 76, § 1º, do Regimento Interno, a prorrogação do prazo por 90 (noventa) dias da "Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 145, de 2012, destinada a propor soluções ao financiamento do sistema de saúde no Brasil".	Humberto Costa	04/09/2013
RQS 1032/2013	Requerem, nos termos do disposto no art.336, II, RISF, urgência o PLC 62/2012.	Líderes Partidários	05/09/2013
RQS 1044/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização, como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, para participar do Painel de debates no Congresso Internacional do FUTURECOM Ano 15 sob o título: "Smart Cities: Soluções para Cidades de Paises em Desenvolvimento", que se realizará entre os dias 21 e 24 de outubro de 2013, no Riocentro, Cidade do Rio de Janeiro - RJ.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	10/09/2013
RQS 1045/2013	Requer, nos termos do art. 336, II, c/c 412, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS nº 358, de 2013.	Líderes Partidários	10/09/2013
RQS 1046/2013	Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2011.	Líderes Partidários	10/09/2013
RQS 1047/2013	Requer, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa pelo prazo de 122 (cento e vinte e dois) dias, a partir do dia 13 de setembro de 2013, com a finalidade de tratar de interesses particulares.	Jayme Campos	10/09/2013
RQS 1048/2013	Requerem calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011.	Líderes Partidários	10/09/2013
RQS 1051/2013	Requer urgência para o PLS 441/2012, nos termos do art. 336, II, RISF.	Líderes Partidários	11/09/2013
RQS 1050/2013	Requer, nos termos do art. 412, III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o prazo final de emendas a serem apresentadas à Reforma do Código Penal seja o dia 18 de outubro de 2013.	José Pimentel	12/09/2013
RQS 1062/2013	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 15, oferecida ao PLS 441, de 2012.	Cássio Cunha Lima	16/09/2013
RQS 1063/2013	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 12, oferecida ao PLS 441, de 2012.	Cássio Cunha Lima	16/09/2013
RQS 1064/2013	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 11, oferecida ao PLS 441, de 2012.	Randolfe Rodrigues	16/09/2013
RQS 1070/2013	Requer, nos termos regimentais, a retirada da Emenda nº 56 - Plen ao Substitutivo ao PLS 441/2012.	Romero Jucá	16/09/2013
RQS 1071/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 34 ao PLS 441, de 2012.	Randolfe Rodrigues	16/09/2013
RQS 1072/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 35 ao Substitutivo ao PLS 441/20	Randolfe Rodrigues	16/09/2013
RQS 1073/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 36-Plen oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Randolfe Rodrigues	16/09/2013
RQS 1074/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 37 - Plen oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Randolfe Rodrigues	16/09/2013
RQS 1075/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 32 - Plen oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Romero Jucá	16/09/2013
RQS 1076/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 10 - Plen oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Eduardo Suplicy	16/09/2013
RQS 1077/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 4 oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Aloysio Nunes Ferreira	16/09/2013
RQS 1079/2013	Requerem, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 26 oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Randolfe Rodrigues	16/09/2013
RQS 1080/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 2 oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Humberto Costa	16/09/2013
RQS 1081/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 47 - Plen oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Romero Jucá	16/09/2013
RQS 1086/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado que são: excluiria o § 4º do art. 39 da Lei 9.504, de 1997; a expressão "minitrio"; e o do inciso II do § 12 do art. 39 oferecidos ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Wellington Dias	16/09/2013

Matéria: Requerimento. Total: 128

Aprovada pelo Plenário. Total: 44

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1092/2013	Requer, nos termos regimentais, a retirada do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 5, oferecida ao substitutivo do PLS 441/2012.	Cássio Cunha Lima	16/09/2013
RQS 1093/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado das Emendas nºs 34, 35, 36 e 37, oferecidas ao substitutivo do PLS 441/2012.	Randolfe Rodrigues	16/09/2013
RQS 1099/2013	Requer, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1097, de 2013.	Paulo Paim	17/09/2013
RQS 1100/2013	Requer, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1098, de 2013.	Paulo Paim	17/09/2013
RQS 1030/2013	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, da alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, seja submetido, também, ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, além das comissões constantes do despacho inicial.	Humberto Costa	18/09/2013
RQS 1031/2013	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, da alínea "c", item 12, combinado com o art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, seja ouvida também, a Comissão de Assuntos Econômicos, além das comissões constantes do despacho inicial.	Francisco Dornelles	18/09/2013
RQS 1095/2013	Requer, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2011.	Líderes Partidários	18/09/2013
RQS 1096/2013	Requer, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012.	Líderes Partidários	18/09/2013
RQS 1108/2013	Requer, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 26, de 2013.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	18/09/2013
RQS 1094/2013	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como desempenho de missão no exterior a participação na 129ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se entre os dias 06 a 09 de outubro de 2013. Além disso, comunica, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do País, no período de 02 a 11 de outubro de 2013.	Jarbas Vasconcelos	19/09/2013
RQS 1122/2013	Requer, nos termos do art. 312 c/c inciso I, do art. 300, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 2-PLEN apresentada à PEC 123/2011	Eduardo Braga	24/09/2013
RQS 974/2013	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 156, de 2007; 11, de 2012; e 162, de 2012, todos complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.	Humberto Costa	24/09/2013
RQS 1126/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País para representar o Senado Federal no 18º Meeting Internacional, a realizar-se no período de 26 a 29 de setembro de 2013, em Miami, Flórida, Estados Unidos.	Romero Jucá	25/09/2013

Aprovada pela Mesa. Total: 7

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1042/2013	Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação conjunta do PLS nº 277, de 2013, com o PLS nº 281, de 2012 (que tramita com o PLS nº 301, de 2003; PLS's nºs 282, 283, 397, 413, 457, 458, 459, 464, de 2012; e PLS's nºs 5 e 24, de 2013), por versarem sobre o mesmo assunto, a reforma do Código de Defesa do Consumidor.	Cyro Miranda	13/09/2013
RQS 891/2013	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que os Projetos de Lei do Senado nºs 188 e 218, de 2013, tramitem em conjunto, por versarem sobre a mesma matéria.	Lúcia Vânia	13/09/2013
RQS 924/2013	Requer, nos termos do disposto no art. 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 48, de 2009; e 58, de 2013, por regularem a mesma matéria.	Sérgio Souza	13/09/2013
RQS 933/2013	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2006 com o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2012, por versarem sobre a mesma matéria.	Armando Monteiro	13/09/2013
RQS 935/2013	Requer o desapensamento do PLS nº 283, de 2011, do PLS nº 1, de 2011.	Clésio Andrade	13/09/2013

Matéria: Requerimento. Total: 128

Aprovada pela Mesa. Total: 7

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 936/2013	Requer, nos termos do art. 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 13, 57, 58, 59, 60, 63, 64 e 65, de 2013.	Walter Pinheiro	13/09/2013
RQS 951/2013	Requer, nos termos do disposto no art. 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado, tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2012, com o Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2012, por regularem a mesma matéria.	Sérgio Souza	13/09/2013

Deferida pela Mesa. Total: 29

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1008/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, c/c art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado pedido de informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente, acerca da implementação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla, na região nordeste do Pará.	Jader Barbalho	13/09/2013
RQS 225/2013	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as informações que menciona, referente ao abate clandestino de gado, em virtude de denúncias da Revista Veja, de 27 de março de 2013.	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013
RQS 273/2013	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, sobre o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste - FNE.	Vital do Rêgo	13/09/2013
RQS 406/2013	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas, ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, informações a respeito da planilha publicada pela SECOM-PR denominada: Investimento em Mídia - Governo Federal(Poder Executivo) - Total Administração Direta(Todos os órgãos) + Indireta(empresas que não concorrem no mercado), período 2000 a 2011.	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013
RQS 410/2013	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Meio Ambiente informações acerca da concretização do Plano Nacional de Resíduos Sólidos no que concerne à implementação da Política de Logística Reversa.	Vanessa Grazziotin	13/09/2013
RQS 417/2013	Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre o não cumprimento bilateral do acordo firmado entre o governo brasileiro e a república venezuelana que estabelece zona non-aedificandi na fronteira entre os respectivos países, bem como sobre o andamento dos trabalhos realizados pela Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites disposta no artigo 4º do referido acordo.	Mozarildo Cavalcanti	13/09/2013
RQS 433/2013	Requer, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, e 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia acerca da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, especialmente na costa do Estado do Amapá.	Randolfe Rodrigues	13/09/2013
RQS 547/2013	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, acerca das apurações do boato sobre o fim do Programa Bolsa Família.	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013
RQS 566/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Fazenda relativamente ao patrocínio de times de futebol pela Caixa Econômica Federal.	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013
RQS 583/2013	Requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Turismo informações sobre as ações e recursos financeiros do Plano Nacional de Turismo 2013-2016 - PNT e, especificamente, sobre ações compensatórias direcionadas ao Estado do Pará.	Jader Barbalho	13/09/2013
RQS 624/2013	Requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, c/c os artigos 215, I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Cidades acerca do Programa Minha Casa, Minha Vida, referentes ao quantitativo de unidades concluídas, em processo de construção e percentual de aquisições intermediadas por financiamentos da Caixa Econômica Federal.	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013

Matéria: Requerimento. Total: 128

Deferida pela Mesa. Total: 29

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 651/2013	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome acerca da distribuição de embarcações aos municípios do Estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	13/09/2013
RQS 812/2013	Requer, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Defesa acerca de atividades de inteligência, informação, contrainformação e/ou espionagem realizadas pelo Governo dos Estados Unidos em território brasileiro.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	13/09/2013
RQS 813/2013	Requer, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Justiça acerca de atividades de inteligência, informação, contrainformação e/ou espionagem realizadas pelo Governo dos Estados Unidos em território brasileiro.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	13/09/2013
RQS 814/2013	Requer, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República acerca de atividades de inteligência, informação, contrainformação e/ou espionagem realizadas pelo Governo dos Estados Unidos em território brasileiro.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	13/09/2013
RQS 840/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado pedido de informações ao Ministro de Estado dos Transportes a respeito de autorização concedida em favor da Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP).	Alvaro Dias	13/09/2013
RQS 860/2013	Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e nos termos do disposto no art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, e no art. 102- A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e atendendo aos arts 215, inciso I, alínea a, e 216, inciso I, também do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitados ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos sobre as medidas já adotadas - ou, se não adotadas ainda, as razões da demora e o prazo em que a adoção se dará - pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para atendimento das recomendações reproduzidas no Acórdão nº 657/2013 - TCU, referente à auditoria operacional na ANP.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	13/09/2013
RQS 863/2013	Requer, nos termos regimentais, seja enviado ao Ministro da Justiça, Requerimento de Informações a respeito de acordos firmados entre a Polícia Federal e órgãos públicos brasileiros com agências dos Estados Unidos da América, para a coleta de material de inteligência, inclusive comunicações eletrônicas e uso de faixas de satélites controladas pelo Brasil.	Comissão Mista de Controle Das Atividades de Inteligência	13/09/2013
RQS 884/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Fazenda sobre as divulgações feitas pela Empresa OGX ao mercado acionário a respeito da exploração do petróleo.	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013
RQS 885/2013	Solicita, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o fornecimento dos dados relativos às obrigações contratuais da Empresa OGX à ANP, bem como o papel fiscalizador da agência sobre a referida empresa.	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013
RQS 887/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro de Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, informações relativas a todos os financiamentos e demais incentivos recebidos pela empresa Oi, suas subsidiárias e coligadas, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Sudam, autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional.	Angela Portela	13/09/2013
RQS 918/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado da Cultura sobre o montante de recursos repassados pela Pasta para a rede denominada "Fora do Eixo - FdE".	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013
RQS 919/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, c/c os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca de recursos repassados pelo Banco do Brasil para a rede denominada "Fora do Eixo-FdE".	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013
RQS 920/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o montante de recursos repassados pela Petrobrás para a rede denominada "Fora do Eixo - FdE".	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013

Matéria: Requerimento. Total: 128**Deferida pela Mesa. Total: 29**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 928/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a; 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia acerca de denúncias de existência de um esquema de corrupção na Petrobras que favoreceria parlamentares, políticos e campanhas eleitorais.	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013
RQS 929/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a; 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca do convênio celebrado, em 2012, entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Brasil Solar.	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013
RQS 930/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado como os arts. 215, I, a, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, relacionadas à Casa do Brasil em Madri.	Casildo Maldaner	13/09/2013
RQS 949/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a; 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS - visando trazer médicos cubanos para atuarem no Brasil no âmbito do Programa Mais Médicos.	Aloysio Nunes Ferreira	13/09/2013
RQS 972/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 3º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça referentes à Polícia Rodoviária Federal (PRF).	Flexa Ribeiro	13/09/2013

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1033/2013	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 882 de 2013, licença dos trabalhos da Casa no período de 04 a 07 de setembro do corrente, por convite do Ministro da Defesa da Suécia, para participar de agendas que encaminha em anexo, restando impossível dar continuidade à programação a que se refere o Requerimento mencionado. Comunica que, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 04 a 07 de setembro do corrente.	Ricardo Ferraço	06/09/2013

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1023/2013	Requer, nos termos regimentais, a retirada da PEC 91, de 2011.	Vital do Rêgo	03/09/2013
RQS 1038/2013	Requer a retirada definitiva do PLS nº 230, de 2013.	Gim	09/09/2013
RQS 1059/2013	Requer, com fundamento no inciso I, do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Resolução do Senado nº 65, de 2013.	Ricardo Ferraço	16/09/2013
RQS 1111/2013	Requer, nos termos do art. 256, I, do RISF, a retirada do PLS nº 427, de 2012.	Lídice da Mata	19/09/2013
RQS 1136/2013	Requer, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada definitiva do Projeto de Lei nº 498, de 2012.	Ana Amélia	26/09/2013

Encaminhada pela Presidência. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1022/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para a agremiação azul e vermelha - Guerreiros Mura, que foi a campeã do 17º Festival de Ciranda de Manacapuru 2013, bem como seja encaminhado o referido voto ao seu presidente, Senhor Rildo Telles.	Vanessa Grazziotin	03/09/2013
RQS 1028/2013	Requer, nos termos do art. 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de VOTO DE PESAR aos familiares de CARLOS FERNANDO, falecido no domingo, dia 1º de setembro de 2013.	Humberto Costa	04/09/2013

Matéria: Requerimento. Total: 128

Encaminhada pela Presidência. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1039/2013	Requer, nos termos do art. 218, inciso II, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do professor CARLOS RAMIRO DE CASTRO, o Carlão, ex-presidente da APEOESP, ocorrido no dia 5 de setembro de 2013.	Eduardo Suplicy	09/09/2013
RQS 1040/2013	Requer, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas condolências à família do piauiense Felipe Brasileiro Neto, falecido no dia 8 de setembro de 2013, na cidade de Teresina.	Wellington Dias	09/09/2013
RQS 1041/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos para o jornal "Amazonas em Tempo", que está comemorando 26 anos de existência.	Vanessa Grazziotin	10/09/2013
RQS 1052/2013	Requerem, nos termos regimentais, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-Senador e empresário OTAIR BECKER na madrugada desta quinta-feira, 12 de setembro de 2013.	Casildo Maldaner	12/09/2013
RQS 1053/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj, pelo transcurso dos 67 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 20 de setembro de 2013.	Ana Amélia	12/09/2013
RQS 1056/2013	Requer, nos termos dos arts. 218, III, "d", 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências a Sra. Elisabeth Gushiken e família pelo falecimento de Luiz Gushiken, no dia 13 de setembro de 2013.	Paulo Paim	16/09/2013
RQS 1061/2013	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Ministro das Comunicações Luiz Gushiken.	Eduardo Suplicy	16/09/2013
RQS 1101/2013	Requer, nos termos regimentais, que seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-vereador de Salvador Ednaldo Santos, apresentando condolências à família.	Lídice da Mata	17/09/2013
RQS 1102/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de congratulações e aplausos para a Sociedade Amigos do Museu do Vinho Mário de Pellegrin (SAMUVI) e à Prefeitura de Videira - SC, pelo evento comemorativo aos 82 anos da Casa Canônica e 28 anos do Museu do Vinho de Videira - SC.	Vanessa Grazziotin	17/09/2013
RQS 1104/2013	Requerem, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de Maria Lúcia Rocha Dummar.	Inácio Arruda	18/09/2013
RQS 1105/2013	Requer, nos termos do art. 218, III, e, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Salvador Pompeu de Barros Filho, na cidade de Cuiabá.	Osvaldo Sobrinho	18/09/2013
RQS 1106/2013	Requer, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de Voto de Pesar aos familiares de Luiz Gushiken, falecido na última sexta-feira, 13 de setembro de 2013.	Humberto Costa	18/09/2013
RQS 1109/2013	Requer, nos termos do art. 222 do RISF, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Instituto Federal Amazonas - IFAM, que está comemorando 21 anos.	Vanessa Grazziotin	19/09/2013
RQS 1112/2013	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do médico Kit Abdala, ocorrido na sexta-feira, dia 20 de setembro de 2013, em Francisco Beltrão, no sudeste do Paraná.	Alvaro Dias	23/09/2013
RQS 1117/2013	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Oziel Rodrigues Carneiro.	Flexa Ribeiro	24/09/2013
RQS 1119/2013	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do jornalista e radialista ALTAIR RAMALHO, ocorrida na manhã do dia 24 de setembro de 2013, em Ponta Grossa, Paraná.	Alvaro Dias	24/09/2013
RQS 1121/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja oficiado à Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), voto de aplauso pelo transcurso de seus 45 anos de existência.	Paulo Bauer	24/09/2013
RQS 1124/2013	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do radialista Altair Ramalho, ocorrido na manhã do dia 24 de setembro, na cidade de Ponta Grossa-PR.	Sérgio Souza	24/09/2013
RQS 1125/2013	Requer, nos termos do art. 218, VII, e art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado e ex-vice-prefeito de Santo André, José Cicote, no último sábado, 22 de setembro.	Eduardo Suplicy	24/09/2013

Matéria: Requerimento. Total: 128**Encaminhada pela Presidência. Total: 23**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1128/2013	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações ao jornal Gazeta de Alegrete, pelo transcurso dos 131 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 1º de outubro de 2013.	Ana Amélia	25/09/2013
RQS 1137/2013	Requerem, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. GENI PETEFFI, ex-vereadora da cidade de Caxias do Sul/RS, com a devida apresentação de condolências à família.	Pedro Simon	26/09/2013

Rejeitada pelo Plenário. Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1024/2013	Requer destaque para votação em separado do artigo 6º do PLV 18/2013.	Pedro Taques	03/09/2013
RQS 1065/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, e art. 313, inciso I, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do § 7º do art. 37 da Lei nº 9.096, de 1995, acrescido à referida lei pelo art. 2º do Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Wellington Dias	16/09/2013
RQS 1069/2013	Requer, nos termos do art. 313, inciso I, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão "e o § 1º do art. 43", constante do art. 4º da Emenda oferecida ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012.	Pedro Taques	16/09/2013
RQS 1082/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado para inclusão do § 6 no art. 44 da Lei 9.096, de 1995, constante do art. 2º oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Pedro Taques	16/09/2013
RQS 1083/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado do art. 39 § 5º da Lei nº 9.504, de 1997 oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Pedro Taques	16/09/2013
RQS 1084/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado § único no art. 15-A da Lei 9.096, de 1995, constante do art. 2º oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Pedro Taques	16/09/2013
RQS 1085/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado do inciso IV do art. 36-A da Lei 9504, de 1997 oferecida ao Substitutivo ao PLS 441, de 2012.	Pedro Taques	16/09/2013
RQS 1087/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 3, oferecida ao substitutivo do PLS 441/2012.	Cássio Cunha Lima	16/09/2013
RQS 1088/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 25, oferecida ao substitutivo do PLS 441/2012.	Cássio Cunha Lima	16/09/2013
RQS 1089/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 49-PLEN, oferecida ao substitutivo do PLS 441/2012.	Eduardo Suplicy	16/09/2013
RQS 1090/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 50, oferecida ao substitutivo do PLS 441/2012.	Luiz Henrique	16/09/2013
RQS 1091/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 57, oferecida ao substitutivo do PLS 441/2012.	Sérgio Souza	16/09/2013
RQS 1123/2013	Requer, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da expressão "ou arquivos digitais" constante da ementa e do art. 1º da PEC 123/2011	Eduardo Braga	24/09/2013

Retirada pelo autor. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1066/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, e art. 313, inciso I, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão "com exceção do comício de encerramento de campanha, que poderá ser prorrogado por mais 8 horas.	Wellington Dias	16/09/2013
RQS 1067/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, e art. 313, inciso I, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão "e minitrios", constante do § 11 do art. 39 da Lei nº 9.504, de 1997, acrescido à referida lei pelo art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012.	Wellington Dias	16/09/2013
RQS 1068/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, e art. 313, inciso I, do Regimento Interno, destaque para votação em separado inciso II do § 12 do art. 39 da Lei nº 9.504, de 1997, acrescido à referida lei pelo art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012.	Wellington Dias	16/09/2013
RQS 1078/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 5 oferecida ao PLS 441, de 2012.	Cássio Cunha Lima	16/09/2013

Matéria: Requerimento. Total: 128**Retirada pelo autor. Total: 6**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1097/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do inciso II do § 1º do art. 29, constante do art. 6º do PLV 22/2013.	Paulo Paim	17/09/2013
RQS 1098/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do § 3º do art. 17, constante do art. 6º do PLV 22/2013.	Paulo Paim	17/09/2013

Matéria: Requerimento de Licença aprovado em Plenário (total: 9)

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Ana Amélia	1015	2013	40	De 06/10/2013 a 09/10/2013	Missão - integrar a delegação brasileira na 129ª Assembleia da União Interparlamentar, em Genebra, Suíça
Ciro Nogueira	1021	2013	40	De 28/10/2013 a 31/10/2013	Missão - participar da Conferência Parlamentar sobre a Reforma de Políticas de Drogas, organizada pelo Grupo Britânico da União Interparlamentar, em Londres, Inglaterra
Jarbas Vasconcelos	1094	2013	40	De 06/10/2013 a 09/10/2013	Missão - participar da 129º Assembleia da União Interparlamentar, em Genebra, Suíça
Jorge Viana	1016	2013	40	De 17/09/2013 a 24/09/2013	Missão - participar dos trabalhos da 68ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, Estados Unidos
Paulo Davim	1134	2013	40	De 16/10/13 a 18/10/13	Missão - participar de Reuniões do Parlatino no Panamá
Ricardo Ferraço	1033	2013	40	De 04/09/2013 a 07/09/2013	Aditamento ao RQS nº 882, de 2013 - altera o período da licença para de 04/09/2013 a 07/09/2013; e muda a finalidade da missão para participar de visita oficial à Suécia
Roberto Requião	1025	2013	40	De 17/09/2013 a 20/09/2013	Missão - participar das atividades correspondentes à reunião da Mesa Diretiva ampliada da Assembleia Parlamentar Eurolatinamericana, em Puerto Plata, República Dominicana
Romero Jucá	1126	2013	40	De 26/09/2013 a 29/09/2013	Missão - participar do 18º Meeting Internacional, em Miami, Estados Unidos
Walter Pinheiro	1044	2013	40	De 21/10/2013 a 24/10/2013	Missão - participar, como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, do Congresso Internacional do FUTURECOM Ano 15 "Smart Cities: Soluções para Cidades de Paises em Desenvolvimento" no Rio de Janeiro - RJ

Matéria: Republicação de Requerimento de Licença aprovado pelo Plenário (total: 1)**Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal**

Setembro de 2013					
Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Ana Amélia	830	2013	40	15/08/2013	Missão - participar, como representante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, da Cerimônia de Posse do Presidente da República do Paraguai, em Assunção, Paraguai

Matéria: Requerimento de Licença deferido pela Mesa (total: 85)

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Aécio Neves	563	2013	40	10/09/2013	Missão sem ônus - representar o Senado Federal na posse do Excentíssimo Senhor Fernando Henrique Cardoso como membro da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro - RJ
	586	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
	611	2013	13	24/09/2013	Atividade Parlamentar
Ana Amélia	547	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
Ana Rita	569	2013	13	12/09/2013	Atividade Parlamentar
Angela Portela	567	2013	13	12/09/2013	Atividade Parlamentar
Armando Monteiro	555	2013	13	05/09/2013	Atividade Parlamentar
	559	2013	13	10/09/2013	Atividade Parlamentar
	579	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
	609	2013	13	24/09/2013	Atividade Parlamentar
	620	2013	13	26/09/2013	Atividade Parlamentar
Benedito de Lira	592	2013	13	20/09/2013	Atividade Parlamentar
Blaíro Maggi	590	2013	13	De 24/09/2013 a 26/09/2013	Atividade Parlamentar
	591	2013	13	19/09/2013 e 20/09/2013	Atividade Parlamentar - acompanhar a comitiva da Excentíssima Senhora Presidenta da República à cidade de Rondonópolis - MT
	593	2013	43, I	05/09/2013 e 06/09/2013	Licença Saúde
Cássio Cunha Lima	557	2013	13	De 26/09/2013 a 29/09/2013	Atividade Parlamentar - participar do 18º Meeting Internacional, em Miami, Estados Unidos
Cícero Lucena	560	2013	13	05/09/2013	Atividade Parlamentar
	585	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
	598	2013	13	18/09/2013	Atividade Parlamentar
	603	2013	13	20/09/2013	Atividade Parlamentar
	619	2013	13	26/09/2013	Atividade Parlamentar
Clésio Andrade	573	2013	43, II	01/08/2013	Licença Particular
	601	2013	13	19/09/2013	Atividade Parlamentar
	621	2013	13	26/09/2013	Atividade Parlamentar
Cristovam Buarque	558	2013	13	09/09/2013	Atividade Parlamentar - participar, como palestrante, da Abertura do 1º Congresso dos países do BRICS e do 11º Congresso Brasileiro sobre Inteligência Computacional - SBIC, em Porto de Galinhas - PE
Delcídio do Amaral	564	2013	13	10/09/2013	Atividade Parlamentar
Eduardo Amorim	614	2013	13	26/09/2013	Atividade Parlamentar
Eduardo Braga	549	2013	13	04/09/2013 e 05/09/2013	Atividade Parlamentar
Eduardo Lopes	552	2013	13	12/09/2013	Atividade Parlamentar
	587	2013	13	20/09/2013	Atividade Parlamentar
	622	2013	13	26/09/2013	Atividade Parlamentar

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Fernando Collor	540	2013	43, II	De 05/09/2013 a 17/09/2013	Licença Particular
	599	2013	13	18/09/2013	Atividade Parlamentar
Francisco Dornelles	583	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
Garibaldi Alves	548	2013	43, I	De 03/09/2013 a 13/09/2013	Licença Saúde
	610	2013	13	De 24/09/2013 a 26/09/2013	Atividade Parlamentar
Gim	595	2013	43, II	12/09/2013	Licença Particular
Humberto Costa	572	2013	13	12/09/2013	Atividade Parlamentar
Inácio Arruda	553	2013	13	05/09/2013	Atividade Parlamentar
	568	2013	13	12/09/2013	Atividade Parlamentar - participar da solenidade de posse do Secretário do Esporte do Estado do Ceará, Sr. Antônio Gilvan Silva Paiva, em Fortaleza - CE
	580	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
Ivo Cassol	546	2013	13	05/09/2013	Atividade Parlamentar
	571	2013	13	12/09/2013	Atividade Parlamentar
	577	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
Jader Barbalho	545	2013	43, I	De 27/08/2013 a 29/08/2013	Licença Saúde
	589	2013	43, I	De 09/09/2013 a 15/09/2013	Licença Saúde
Jarbas Vasconcelos	581	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
	588	2013	13	De 02/10/2013 a 04/10/2013; 10/10/2013 e 11/10/2013	Atividade Parlamentar
João Alberto Souza	596	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
João Capiberibe	562	2013	13	De 10/09/2013 a 15/09/2013	Atividade Parlamentar - participar do Encontro Internacional Anti-Fascista - 40 anos do Derrocamento do Presidente Allende-, na Venezuela
	578	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
João Ribeiro	566	2013	43, I	De 10/09/2013 a 19/09/2013	Licença Saúde
João Vicente Claudino	576	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
José Agripino	600	2013	13	19/09/2013	Atividade Parlamentar
	616	2013	13	26/09/2013	Atividade Parlamentar
José Sarney	542	2013	43, I	De 27/07/2013 a 31/07/2013	Licença Saúde
	543	2013	43, I	De 31/07/2013 a 21/08/2013	Licença Saúde
	544	2013	43, I	De 22/08/2013 a 09/09/2013	Licença Saúde
	617	2013	43, I	De 10/09/2013 a 13/09/2013	Licença Saúde
	618	2013	43, I	De 16/09/2013 a 20/09/2013	Licença Saúde
Lídice da Mata	539	2013	13	28/08/2013 e 29/08/2013	Atividade Parlamentar
	615	2013	13	26/09/2013	Atividade Parlamentar
Lúcia Vânia	584	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
Magno Malta	565	2013	13	10/09/2013	Atividade Parlamentar
	582	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
	608	2013	13	24/09/2013	Atividade Parlamentar
	613	2013	13	25/09/2013	Atividade Parlamentar

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Paulo Davim	575	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
Ricardo Ferraço	541	2013	13	03/09/2013	Atividade Parlamentar
	574	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
	602	2013	13	20/09/2013	Atividade Parlamentar
	604	2013	13	26/09/2013 e 27/09/2013	Atividade Parlamentar - participar do 18º Meeting Internacional, em Miami, Estados Unidos
	605	2013	13	24/09/2013	Atividade Parlamentar
	606	2013	13	25/09/2013	Atividade Parlamentar
Roberto Requião	612	2013	43, II	25/09/2013	Licença Particular
Sérgio Petecão	551	2013	13	05/09/2013	Atividade Parlamentar
	561	2013	13	12/09/2013	Atividade Parlamentar
	597	2013	13	19/09/2013 e 20/09/2013	Atividade Parlamentar
	607	2013	13	24/09/2013	Atividade Parlamentar
Vital do Rêgo	550	2013	40	09/09/2013 e 10/09/2013	Missão sem ônus - representar o Senado Federal na missão oficial de Parlamentares aos EUA, em Washington D.C.
	556	2013	13	05/09/2013	Atividade Parlamentar
Wellington Dias	554	2013	13	05/09/2013	Atividade Parlamentar
Zeze Perrella	570	2013	13	16/09/2013	Atividade Parlamentar
	594	2013	13	05/09/2013	Atividade Parlamentar
	623	2013	13	26/09/2013	Atividade Parlamentar

Matéria: Republicação de Requerimento de Licença deferido pela Mesa (total: 1)**Art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal**

Setembro de 2013					
Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Roberto Requião	513*	2013	13	De 01/10/2013 a 08/10/2013	Atividade Parlamentar - visitar o Senado da República da Itália nos dias 30/09/2013 e 01/10/2013; e participar da 11ª Sessão Anual do Fórum Público Mundial "Diálogo de Civilizações", de 02/10/2013 a 06/10/2013, na Ilha de Rodes, Grécia

* Republicação em virtude do Ofício nº204/2013, de 24 de setembro de 2013, do Senador Roberto Requião.

Matéria: Cancelamento de Missão (total: 1)**Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal****Setembro de 2013**

Senador	Expediente	Requerimento	Descrição
Roberto Requião	Ofício nº 195, de 12 de setembro de 2013	RQS nº 1025, de 2013	Comunica a impossibilidade de comparecimento à reunião objeto do Requerimento.

Matéria: Cancelamento de Missão referente ao Mês de Agosto (total: 1)**Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal****Agosto de 2013**

Senador	Expediente	Requerimento	Descrição
Eduardo Braga	Ofício nº 55, de 2 de setembro de 2013	RQS nº 942, de 2013	Informa a impossibilidade de participar das atividades do Projeto Tentativo de Programa Visita Oficial à Suécia e à França.

B – SECRETARIA DE GESTÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha 01 a 30/09/2013

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	01
Conjunta Solene	01
TOTAL	02

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
Vetos Totais (mantidos)	04
Vetos Parciais (mantidos)	91
TOTAL	95

Leitura	Quantidade
Projeto de Resolução do CN (PRN) (lido)	01
TOTAL	01

Resenha Consolidada 02/02 a 30/09/2013

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	07
Conjunta Solene	13
TOTAL	20

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
Projetos de Lei do CN (PLN) (aprovados)	002
Vetos (rejeitados)	142
Vetos (mantidos)	137
Projeto de Resolução do CN (PRN) (aprovado)	001
TOTAL	282

Sessões Realizadas
01 a 30/09/2013

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
19ª Conjunta	17/09/2013, às 19horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	<p>Destinada à: PARTE I - Apreciação de vetos presidenciais.</p> <p>PARTE II</p> <p>- Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que "Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional e Assuntos Relacionados à Comunidade do País de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências"; e</p> <p>- Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que "Aumenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1/2006 - CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal".</p> <p>- Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que "Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação".</p>
20ª Conjunta Solene	24/09/2013, às 11horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar os 60 anos de fundação da Rede Record de Televisão.

Matérias
01 a 30/09/2013

Mensagem	Tipo e nº	Ementa	Sessão	Observações
62/2013-CN (nº 292/2013, na origem) DOU (Ed. Extra) 19/07/2013	PLV nº 17/2013 (oriundo da MP nº 610/2013) Veto Parcial nº 26/2013 Leitura: 01/08/2013 (SF)	Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012; amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012; autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores, nos termos que especifica; institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA e para alterar o regime de desoneração da folha de pagamento, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.249, de 11 de junho de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.727, de 23 de junho de 2008, 12.468, de 26 de agosto de 2011, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 12.716, de 21 de setembro de 2012, a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; dispõe sobre a comprovação de regularidade fiscal pelo contribuinte; regula a compra, venda e transporte de ouro; e dá outras providências.	17/09/2013, às 19 horas	Mantidos os vetos Total – 85 Veto Parcial
64/2013-CN (nº 301/2013, na origem) DOU 25/07/2013	PLS nº 198/2007 - Complementar (nº 200/2012 - Complementar, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 27/2013 Leitura: 01/08/2013	Acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para estabelecer prazo para a extinção da contribuição social.	17/09/2013, às 19 horas	Mantido o voto Total – 01 Veto Total

Mensagem	Tipo e nº	Ementa	Sessão	Observações
65/2013-CN (nº 312/2013, na origem) DOU 1º/08/2013	PLS nº 392/2008 (nº 6.127/2009, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 28/2013 Leitura: 06/08/2013	Altera o § 3º do art. 71 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, para incluir, entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, os servidores do Plano de Carreira e Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	17/09/2013, às 19 horas	Mantido o voto Total – 01 Veto Total
67/2013-CN (nº 314/2013, na origem) DOU 02/08/2013	PLC nº 39/2013 (nº 6.826/2010, na Casa de origem) Veto Parcial nº 29/2013 Leitura: 06/08/2013	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.	17/09/2013, às 19 horas	Mantidos os vetos Total – 03 Veto Parcial
68/2013-CN (nº 315/2013, na origem) DOU 02/08/2013	PLS nº 244/2009 (nº 5.649/2009, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 30/2013 Leitura: 06/08/2013	Dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências.	17/09/2013, às 19 horas	Mantido o voto Total – 01 Veto Total
69/2013-CN (nº 324/2013, na origem) DOU (Ed. Extra) 05/08/2013	PLC nº 83/2007 (nº 7.320/2006, na Casa de origem) Veto Total nº 31/2013 Leitura: 08/08/2013	Altera a Lei nº 11.282, de 23 de fevereiro de 2006, que anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT punidos em razão da participação em movimento grevista.	17/09/2013, às 19 horas	Mantido o voto Total – 01 Veto Total
70/2013-CN (nº 330/2013, na origem) DOU 06/08/2013	PLC nº 98/2011 (nº 4.529/2004, na Casa de origem) Veto Parcial nº 32/2013 Leitura: 08/08/2013	Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.	17/09/2013, às 19 horas	Mantidos os vetos Total – 03 Veto Parcial
-	PRN nº 3/2013	Altera o art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para modificar o prazo de apresentação de emendas às Medidas Provisórias.	17/09/2013, às 19 horas	Leitura

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional 01 a 30/09/2013

Nº	Assunto
52/2013 (public. no DOU de 05/09/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 623, de 19 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural e relativas a empréstimos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
53/2013 (public. no DOU de 27/09/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que "dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, resolve: Art. 1º Designar o Senador Luiz Henrique, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga cedida pela Liderança do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), nos termos dos Ofícios nºs 167/2013-BLUFOR, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e GLPMDB 266/2013, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal.
54/2013 (public. no DOU de 27/09/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que "dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, resolve: Art. 1º Designar o Senador Gim, na condição de membro suplente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), nos termos dos ofícios GLPMDB nºs 260 e 265, de 2013, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria; e nº 168/2013-BLUFOR, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

**Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional
01 a 30/09/2013**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
770/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em aditamento ao Ofício nº 763-CN, com unica que a sessão solene do Congresso Nacional anteriormente convocada para o dia 1º de outubro do corrente, terça-feira, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 75, de 2013, que "acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham" se realizará no dia 15 de outubro, terça-feira, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal.
766/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 88, de 2013-CN (nº 413/2013, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 18, de 2013 (Medida Provisória nº 6.14, de 2013), que "Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Contas das Cargos da Magistério Federal; altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 1, de 2012-CN, solicita a indicação de 4 (quatro) membros dessa Casa e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
763/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, nos termos do disposto no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, combinado com o art. 85 do Regimento Comum, convoca sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se dia 1º de outubro do corrente, terça-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 75, de 2013, que "acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham".
762/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 17/09/2013, manteve o veto parcial apostado aos dispositivos a seguir discriminados do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011 (nº 4.529/2004, na Casa de origem), que "Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude-SINAJUVE". Vetos mantidos: - § 1º do art. 11; - § 2º do art. 11; - § 2º do art. 45.
760/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 17/09/2013, manteve o veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2007 (nº 7.320/2006, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 11.282, de 23 de fevereiro de 2006, que anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT punidos em razão da participação em movimento grevista".
758/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 17/09/2013, manteve o veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009 (nº 5.649/2009, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências".
756/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 17/09/2013, manteve o veto parcial apostado aos dispositivos a seguir discriminados do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2013 (nº 6.826/2010, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências". Vetos mantidos: - § 6º do art. 6º; - inciso X do art. 7º; - § 2º do art. 19.
754/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 17/09/2013, manteve o veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2008 (nº 6.127/2009, na Câmara dos Deputados), que "Altera o § 3º do art. 71 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, para incluir, entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, os servidores do Plano de Conta de Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE".
752/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 17/09/2013, manteve o veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007 - Complementar (PL nº 200/2012 - Complementar, na Câmara dos Deputados), que "Acréscita § 2º ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para estabelecer prazo para a extinção de contribuição social".

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
750/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 17/09/2013, manteve o Veto Parcial aposto aos dispositivos a seguir discriminados do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2013 (orunido da Medida Provisória nº 610, de 2013), que "Amplia o valor do Bem Físico Garantia-Safra para a safra de 2011/2012; amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012; autoriza a distribuição de milhares para venda a pequenos criadores, nos termos que especifica; institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA e para alterar o regime de desoneração da folha de pagamentos, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.249, de 11 de junho de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.727, de 23 de junho de 2008, 12.468, de 26 de agosto de 2011, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 12.716, de 21 de setembro de 2012, a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; dispõe sobre a comprovação de regularidade fiscal pelo contribuinte; regula a compra, venda e transporte de ouro; e dá outras providências".</p> <p>Vetos mantidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - alínea "b" do inciso I do art. 8º; - item 2 da alínea "b" do inciso II do art. 8º; - item 2 da alínea "b" do inciso III do art. 8º; - "caput" § 1º do art. 8º; - inciso I do § 1º do art. 8º; - "caput" do inciso II do § 1º do art. 8º; - alínea "a" do inciso II do § 1º do art. 8º; - alínea "b" do inciso II do § 1º do art. 8º; - "caput" do inciso III do § 1º do art. 8º; - alínea "a" do inciso III do § 1º do art. 8º; - alínea "b" do inciso III do § 1º do art. 8º; - inciso XIV do § 3º do art. 8º; - inciso XV do § 3º do art. 8º; - inciso XVI do § 3º do art. 8º; - § 4º do art. 8º; - § 5º do art. 8º; - "caput" § 8º do art. 8º; - inciso I do § 8º do art. 8º; - inciso II do § 8º do art. 8º; - § 15 do art. 8º; - § 16 do art. 8º; - § 17 do art. 8º; - parágrafo único do art. 11; - inciso II do art. 3º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 13 do projeto; - § 11 do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 13 do projeto; - § 12 do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 13 do projeto; - § 10 do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 13 do projeto; - inciso II do art. 14; - "caput" do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso I do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso II do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso III do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso IV do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - § 1º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - "caput" § 2º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso I do § 2º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - "caput" inciso II do § 2º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - alínea "a" do inciso II do § 2º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - alínea "b" do inciso II do § 2º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - "caput" § 3º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso I do § 3º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso II do § 3º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso III do § 3º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso IV do § 3º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - "caput" § 4º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso I do § 4º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso II do § 4º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - inciso III do § 4º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - § 5º do art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - "caput" do art. 9º-A da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, com a redação dada pelo art. 30 do projeto; - parágrafo único do art. 9º-A da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, com a redação dada pelo art. 30 do projeto; - "caput" do art. 9º-B da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, com a redação dada pelo art. 30 do projeto; - parágrafo único do art. 9º-B da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, com a redação dada pelo art. 30 do projeto; - art. 9º-C da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, com a redação dada pelo art. 30 do projeto; - § 13 do art. 3º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, com a redação dada pelo art. 31 do projeto; - inciso V do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 32 do projeto; - "caput" do art. 34; - parágrafo único do art. 34; - inciso XLIII do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, com a redação dada pelo art. 43 do projeto; - "caput" do art. 44; - parágrafo único do art. 44; - "caput" do art. 42 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 45 do projeto; - "caput" inciso I do art. 42 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 45 do projeto; - alínea "a" do inciso I do art. 42 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 45 do projeto; - alínea "b" do inciso I do art. 42 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 45 do projeto; - "caput" inciso II do art. 42 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 45 do projeto; - alínea "a" do inciso II do art. 42 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 45 do projeto; - alínea "b" do inciso II do art. 42 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 45 do projeto; - "caput" inciso III do art. 42 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 45 do projeto; - § 1º do art. 42 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 45 do projeto; - § 2º do art. 42 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 45 do projeto; - § 3º do art. 42 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com a redação dada pelo art. 45 do projeto; - § 13 do art. 5º da Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, com a redação dada pelo art. 46 do projeto; - art. 5º-A da Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, com a redação dada pelo art. 46 do projeto; - "caput" do art. 47; - parágrafo único do art. 47; - "caput" do art. 48; - § 1º do art. 48; - § 2º do art. 48; - § 3º do art. 48.
748/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que está P residência recebeu o Ofício nº 03/MPV619-2013, do Vice-Presidente da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 619, de 2013, comunicando a eleição do Senador José Pimentel para Presidente da referida Comissão.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
747/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha nos termos do art. 128, § 3º, do Regimento Comum, o processado do Projeto de Resolução nº 3, de 2013, que "Altera o caput do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para modificar o prazo de apresentação de emendas às Medidas Provisórias".
746/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Exceletíssima Senhora Presidente da República, nos termos do art. 10 do Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN, que dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração e Execução da Lei Orçamentária de 2014, as quais englobam o Projeto de Lei nº 3/2013, na origem, que encaminha ao Congresso Nacional, em mídia eletrônica, as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício de 2014. A matéria, publicada em suplemento ao DSF de 17/09/2013, segue à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
745/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Lobão Filho, solicitando autuação do Ofício nº 32/2013-CN (Ofício nº 788/2013, do Presidente do Banco Central do Brasil), que encaminha Relatório sobre Impacto e o Custo Fiscal das Operações e as Demonstrações Financeiras, referente ao 1º semestre de 2013. A matéria publicada no DSF de 13/09/2013 vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
744/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que, por solicitação dos subscritores, está cancelada a sessão solene do Congresso Nacional convocada para o dia 11 de novembro do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, em comemoração aos 80 anos do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, ficando nova data a ser marcada oportunamente.
743/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN foi encaminhado à Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2013 (Medida Provisória nº 615, de 2013), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 3 de setembro do corrente ano que, "Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 do cana-de-açúcar e de etanol que específica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB; a autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; e estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas da contratação com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE; altera os prazos previstos nas Leis nºs 11.941, de 27 de maio de 2009, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsídias para atuar na região e recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção e reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; Altera as Leis nºs 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências".
741/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 617, de 2013, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona". À Medida foram oferecidas 104 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 56, de 2013-CN, que conclui pelo PLV nº 24, de 2013.
740/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 618, de 2013, que "Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação; autoriza o aumento do capital social da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; autoriza a União a negociar condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que menciona; altera o cálculo da receita líquida real dos Municípios, para adequação à Lei nº 10.527, de 8 de agosto de 2002; a autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$ 15.000.000.000,00, em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; promove ações de cooperação energética com países da América Latina; e dá outras providências". À Medida foram oferecidas 100 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 55, de 2013-CN, que conclui pelo PLV nº 23, de 2013.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
739/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Em aditamento à convocação realizada na Sessão Conjunta do Congresso Nacional de 20 de agosto de 2013, comunica que a Sessão Conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 17 de setembro do corrente, terça-feira, às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, será destinada a:</p> <p>Parte I</p> <p>- Apreciação de Votos Presidenciais.</p> <p>Parte II</p> <p>- A preciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que “Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências”;</p> <p>- Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que “Acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1/2006 - CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal”; e</p> <p>- A preciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que “Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação”.</p>
738/2013-CN	Sr. Pedro Ricardo Araújo Carvalho – Diretor da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal - SPSF	<p>Determina o acompanhamento de todos os procedimentos de averiguação quanto à presença do deputado Zoinho na votação da sessão do Congresso Nacional do dia 6 de março, de 2013, realizada no plenário da Câmara dos Deputados.</p>
737/2013-CN	Sr. Davi Emerich – Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM	<p>Determina o levantamento de todos os registros de imagens, fixas ou em vídeo, da sessão do Congresso Nacional de 6 de março de 2013, ocorrida no plenário da Câmara dos Deputados, veiculados por meios de comunicação públicos e privados.</p>
736/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Comunica que esta Presidência recebeu da Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o Aviso nº 683, de 2013 e encaminhando Parecer de Mérito, de 27 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, não enviando anteriormente com os Avisos nºs 608 e 609, de 2013, relativos às mensagens nºs 344 e 345, o mesmo anexo, a utuados como P-LNs 7 e 8, de 2013, respectivamente.</p>
735/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Comunica que esta Presidência recebeu da Presidência da República a Mensagem nº 85, de 2013 (nº 383, de 2013, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, referente ao exercício de 2011. A matéria vai ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.</p>
734/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Comunica que esta Presidência recebeu da Presidência da República a Mensagem nº 86, de 2013 (nº 384, de 2013, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997, o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, referente ao exercício de 2012. A matéria vai ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.</p>
733/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 09/09/2013, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 611, de 2013, cujo prazo integral de vigência expirou em 15 de agosto de 2013. Comunica, ainda, que o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.058, de 2013, de autoria do Deputado Chico Alencar, será encaminhado a essa Casa para as providências cabíveis.</p>
732/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 624, de 2013, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.648.000.000,00, para os fins que especifica”. À medida foram oferecidas 6 emendas e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização emitiu o Parecer nº 53, de 2013-CN, que conclui pela aprovação da matéria.</p>
731/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 09/09/2013, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 610, de 2013, cujo prazo integral de vigência expirou em 15 de agosto de 2013. Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.</p>
730/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Comunica que se esgotou no dia 10 de setembro do corrente, nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, o prazo para interposição de recurso ao Aviso nº 11, de 2013-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 98, § 6º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO 2013), a atualização, até o dia 8 de maio de 2013, das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1387-Seses-TCU/Plenário, de 30 de outubro de 2012, relativas às obras com indícios de irregularidades graves”.</p>
729/2013-CN	Sen. Lobão Filho – Presidente da CMO	<p>Comunica que se esgotou no dia 10 de setembro do corrente, nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, o prazo para interposição de recurso ao Aviso nº 11, de 2013-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 98, § 6º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO 2013), a atualização, até o dia 8 de maio de 2013, das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1387-Seses-TCU/Plenário, de 30 de outubro de 2012, relativas às obras com indícios de irregularidades graves”.</p>
728/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Com referência ao Ofício nº 1.846/13/SGM-P, de 28 de agosto de 2013, dessa Casa, comunica que, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 12.861, de 12 de setembro de 2013, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais e Crédito, no valor de R\$ 2.932.125.346,00, para o fim que especifica”, cujas disposições foram adotadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da República como Medida Provisória nº 616, de 31 de maio de 2013.</p>

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
726/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Nos termos do art. 2º do Regimento Comum, comunica que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se no dia 4 de novembro do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear a Sociedade Brasileira de Urologia e o Movimento Novembro Azul.
725/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Nos termos do art. 2º do Regimento Comum, comunica que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se no dia 24 de setembro do corrente, terça-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, em comemoração aos 60 anos de fundação da Rede Record de Televisão.
724/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que foi lida na Sessão do Senado Federal realizada em 04/09/2013 a Mensagem nº 83, de 2013-CN (nº 380, de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, encaminhando o Projeto de Lei nº 12, de 2013-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de R\$ 8.207.509,00 (oito milhões, duzentos e sete mil e quinhentos e nove reais), em favor de Companhia Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento e empréstimos estatuais no valor global de R\$ 24.880.202,00", tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
723/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que foi lida na Sessão do Senado Federal realizada em 04/09/2013 a Mensagem nº 82, de 2013-CN (nº 379, de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, encaminhando o Projeto de Lei nº 11, de 2013-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor das empresas estatais que menciona, crédito especial no valor R\$ 986.053.775,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
722/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que foi lida na Sessão do Senado Federal realizada em 04/09/2013 a Mensagem nº 81, de 2013-CN (nº 378, de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, encaminhando o Projeto de Lei nº 10, de 2013-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor R\$ 62.000.000,00, para reforço de ações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
721/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN foi encaminhado à Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (Medida Provisória nº 614, de 2013), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 3 de setembro do corrente ano que, "Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências".
719/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministro de Estado da Integração Nacional o Ofício nº 341, de 2013, na origem, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, O Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012. O expediente foi autuado da seguinte forma: Ofício nº 30, de 2013-CN, publicado no DSF de 03/09/2013, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
718/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 2 de setembro de 2013, e publicou no dia 3 do mesmo mês e ano a Medida Provisória nº 625, de 2013, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 60.000.000,00, para o fim que especifica". Nos termos do disposto no § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, a matéria, que está publicada em avulsos, foi encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.
717/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 31, de 2013-CN; Ofício nº 803/2013, na origem), referente ao primeiro quadrimestre de 2013. A proposição publicada no DSF de 04/09/2013 vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
716/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministro Arlindo Cedraz, Vice-Presidente, no Exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 17, de 2013 (nº 1.455-GP/TCU/2013, na origem) encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 7º da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2013. A matéria publicada no DSF de 03/09/2013 vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
715/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem 76, de 2013-CN (nº 358/2013, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014". A matéria foi publicada no DSF de 30/08/2013 e disponibilizada em meio eletrônico no sítio do Senado Federal e no portal do Congresso Nacional, e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
714/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 620, de 2013, que "Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal, altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências". À Medida foram oferecidas 72 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 52, de 2013-CN, que conclui pelo PLV nº 22, de 2013.
713/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 620, de 2013, que "Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal, altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências". À Medida foram oferecidas 72 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 52, de 2013-CN, que conclui pelo PLV nº 22, de 2013.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
712/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 615, de 2013, que "Autoriza o pagamento de subvenção e conômica a os produtores d a safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol da re gião Nordeste e o financiamento da renovação e implantação de canavais com equalização da taxa de juros; dispõe so bre os arranjos de pagamento e a s in stituições de pagamento integrantes do S istema de Pagamentos Brasileiro - SPB; altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para autorizar a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, títulos da dívida pública mobiliária federal; e dá outras providências". À Medida foram oferecidas 104 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 51, de 2013-CN, que conclui pelo PLV nº 21, de 2013.
711/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Tendo em vista manifestações da Senadora Ana Amélia e da Deputada Rose de Freitas, consulta, nos termos do art. 2º d o Reg imento Comum, s obre a v iabilidade d e r ealização de sessão s olene d o Congresso Nacional no dia 4 d e novembro do corrente, segunda-feira, às o nze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear a Sociedade Brasileira de Urologia que realiza anualmente o Movimento Novembro Azul.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha 01 a 30/09/2013

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Não deliberativas (NDEL)	-
Ordinárias (ROR)	4 (partes)
Extraordinárias (REX)	2 (partes)
Audiências Públicas (RAP)	1
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	1
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	8

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	2	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	2	-

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO			
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação	
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN
Projetos de Lei CN (PLN)	3	1			
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	1	1			
Avisos CN (AVN)	1				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU					
- Prestação de Contas					
- Parecer Prévio do Governo Federal					
- Outras Matérias	1				
Mensagens CN (MCN)	1				
- Prestação de Contas					
- Relatório de Avaliação do PPA					
- Outras Matérias	1				
Ofícios CN (OFN)	4				
- Prestação de Contas					
- Outras Matérias	4				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)					
Proposições SF					
Requerimentos CMO (RCMO)	1				
Emendas	30	6			
TOTAL	41	8			

Resenha Consolidada
02/02 a 30/09/2013

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	1
Eleição (ELEI)	3
Não Deliberativas (NDEL)	1
Ordinárias (ROR)	11
Extraordinárias (REX)	3
Audiências Públicas (RAP)	3
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	2
Seminários Regionais (SREG)	3
Total	27

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	15	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	15	-

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
		PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental		
Projetos de Lei CN (PLN)	67	14	2	42	1	
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	21	9				7
Avisos CN (AVN)	85	14				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	16	14				
- Prestação de Contas	3					
- Parecer Prévio do Governo Federal	4					
- Outras Matérias	62					
Mensagens CN (MCN)	68	20				
- Prestação de Contas	9					
- Relatório de Avaliação do PPA	4					
- Outras Matérias	55	20				
Ofícios CN (OFN)	160	17				
- Prestação de Contas	34					
- Outras Matérias	126	17				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	3					
Proposições SF	4					
Requerimentos CMO (RCMO)	13	10	2(prejud)			
Emendas	13132	12774		158		
TOTAL	13553	12858	4	200	1	7

Resultados das Reuniões

01 a 30/09/2013

Reunião realizada em 3 de setembro de 2013 (Deliberativa Extraordinária)

2ª Reunião Extraordinária
convocada para 3/9/2013, às 15 horas
(Iniciada às 15h32min e suspensa às 15h33min)

Pauta nº 19/2013

ABERTURA e SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram abertos pelo Senador Caíaldo Maldaner (PMDB/SC), no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*.

O Presidente em exercício informou que haverá Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, hoje, dia 03 de setembro, terça-feira, às 18 horas, na sala de reuniões da Presidência da Comissão, para tratar sobre o Relatório apresentado à LDO 2014; e

Cancelou a realização de reunião extraordinária, convocada para este mesmo dia às 18 horas.

Em seguida, suspendeu a reunião e convocou a sua continuação para hoje, dia 03 de setembro, terça-feira, às 19 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 03 de setembro de 2013.
MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 3 de setembro de 2013 (Deliberativa Extraordinária)

Continuação da 2ª Reunião Extraordinária
convocada para 3/9/2013, às 19 horas
(Reiniciada às 19h06min e suspensa às 19h11min)

Pauta nº 19/2013

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

AVISO

O Presidente informou que, a partir de agora, dia 03/09/2013, a CMO dispõe do SERVIÇO DE ENVIO DE MENSAGENS PELO CELULAR – SMS. A Secretaria vai fazer uso desse serviço para ter um contato rápido com os membros da CMO e do Colegiado de Líderes para avisar sobre reuniões, prazos finais de emendas, votações e outros assuntos importantes.

Juntamente com os membros da CMO e do Colegiado, 1 assessor de Liderança de cada Casa também poderá cadastrar o número do celular.

Os membros que quiserem dispor desse serviço precisarão preencher formulário, que deverá conter sua assinatura e o número do seu celular, devendo ser entregue aos servidores da Secretaria da Comissão, que estarão recepcionando estas informações, ou dirigir-se ao balcão de atendimento da CMO.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

O Presidente informou que o prazo para apresentação dos destaques ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências” (PLDO/2014), continuarão abertos até a próxima quarta-feira, entretanto, solicitou que na medida do possível, os destaques sejam entregues o mais rápido possível até amanhã, dia 04/09/2013, para que o Relator possa concluir o seu relatório.

Em seguida, informou que suspenderia a reunião e convocou a sua continuação dia 11 de setembro, quarta-feira, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 03 de setembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 11 de setembro de 2013 (Deliberativa Extraordinária)

Continuação da 2ª Reunião Extraordinária
convocada para 11/09/2013, às 15 horas
(Reiniciada às 15h22min e encerrada às 15h37min)

Pauta nº 19/2013 - Alterada
REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
- . 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 20, 21 e 22/08/2013; e
- . 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 27/08/2013.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram aprovadas por unanimidade.

AVISO

O Presidente rel embrou que, de sde 03 de setembro, a CM O dispõe do SERVIÇO DE ENVI O DE MENSAGEN S PELO CELULAR – SMS. A Secretaria faz uso desse serviço para ter um contato rápid com os membros da CM O e do Colegiado de Líderes para avisar sobre reuniões, prazos finais de emendas, votações e outros assuntos importantes.

Juntamente com os membros da CMO e do Colegiado, 1 assessor de Lideranç a de cada Casa também poderá o cadastrar o número do celular.

Os membros que quiserem dispor desse serviço precisarão preencher formulário, que deverá conter sua assinatura e o número do seu celular, devendo ser entregue e aos servidores da Secretaria da Comissão, que estarão rec epcionando estas informações, ou dirigir-se ao balcão de atendimento da CMO.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abr de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- 1) Ofício Coo rd. Banc/MS/003/2013, de 29 de a gosto, do Senad or Waldemir Mo ka, Coordena dor da Bancada do Estado de Mat o Grosso do Sul, solicitando aprovação, no Parece r da CMO, d e emenda Coletiva nº 7113.0003, d aquela Bancada, apresentada ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN, Anexo de Metas e Prioridades, que teve voto pela rejeição.
- 2) Expediente d e 29 de agosto de 2013, do Diretor do Depa rtamento de Comissões da Câmara dos Deputados, Sílvio Avelino da Silva, encaminhando cópia do Ofício N° AL01.017/13, do Presidente da Assemble ia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado José Albuquerque, que encaminha cópia do Reque rimento nº 962/13, de autoria do Deputado Lula Mo rais, que solicita seja enviada par a análise dos parlamentares do Congresso Nacional a proposta de Medida Provisória, que visa o fort alecimento dos órgãos setoriais e seccionais de contabilidade e de custo do Poder Executivo Federal, constante do Processo nº 05100.000085/2013-44, em tramitação o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

- 1) OF. 0268/CM/2013, de 19 de agosto, do Deputado Carlos Magno (PP/RO), justificando ausência no período de 19 de agosto a 02 de setembro de 2013.
- 2) GRT Ofício nº 052/2013, d e 27 de agosto, do Deputado Roberto Teixeira (PP/PE), justificando ausência no período de 07 a 26 de agosto de 2013.
- 3) Of. 368/20 13-CCTCI/P, de 2 7 de agosto, do Deputado Pa ulo Ab i-Ackel, P residente da Co missão de Ciênc ia e Tecnologia, Comunicação e Informática, justificando ausência do Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) no dia 27 de agosto de 2013.
- 4) Of. nº 140/2013/SBR, de 05 de setembro, do Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP), justificando ausência no dia 20 de agosto de 2013.
- 5) Of. nº 141/2013/SBR, de 05 de setembro, do Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP), justificando ausência no dia 11 de junho de 2013.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício GP/C MA/Nº360, de 2 7 de agosto de 2013, do Presidente da Câmara Municipal de Araruama - RJ, Walmir de Oliveira Belchior, acusando recebimento de documentos do SIAFI, que comunicam a transfe rência de recursos financeiros destinados aquele Município.

2) OF.1.165/2013/MP/PGJ, de 28 de agosto, do Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, Marcos Antonio Ferreira das Neves, encaminhando Ofício nº 2 33/2013, d a lavr a da Promotora da Justiça, Maria Raimunda da Silva Tavares, encaminhando cópia de documentos re lacionados à audiência pública nº 01/2013, realizada no Município de Jacareacanga/PA, com o objetivo de obter subsídios e informações para a construção de propostas de manutenção que objetivam a segurança na Rodovia Transamazônica no trecho Jacareacanga/Itaituba e no Jacareacanga/Apui-AM.

- Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2014, encaminhados pelos seguintes órgãos:

- 1) Ofício N. 32.8 60/SEG, de 21 de agosto de 2013, do Secretári o-Geral do Tribunal de Justiça d o Distrito Federal e dos Territórios, Charleston Reis Coutinho.

- Avisos encaminhados pelo Pr esidente do Tribu nal de Contas d a União, Minist ro João Augusto Ribeiro Nardes, ao Presidente d a CMO:

Aviso Seses de 28 de agosto:

- 1) Aviso nº 1.120/2013 (Acórdão nº 2.290/2013): Obras de terraplenagem e serviços complementar es na área destinada à construção e montagem da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Avisos GP/TCU de 28 de agosto:

- 1) Aviso nº 1.445/2013 (Acórdão nº 2.172/2013): Obras de implantação do Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova/BA.
- 2) Aviso nº 1.449/2013 (Acórdão nº 1.816/2013): Obras de Conclusão do Complexo Viário Baquirivu, em Guarulhos/SP.
- 3) Aviso nº 1.450/2013 (Acórdão nº 2.006/2013): Obra do sistema de abastecimento de água tratada de Augusto Corrêa/PA.

Avisos GP/TCU de 05 de setembro:

- 1) Aviso nº 1.46 9/2013 (Acórdão nº 2.153/2013): Obras de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza inseridas dentro do Programa de Aceleração do Crescimento.
- 2) Aviso nº 1.470/2013 (Acórdão nº 1.915/2013): Obras de construção do Canal A dutor Vertente Litorânea, com 112,5 km, no Estado da Paraíba.
- 3) Aviso nº 1.471/2013 (Acórdão nº 2.174/2013): Obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, no trecho compreendido entre Palmas/TO e Uruaçu/GO.

- Aviso en caminhado pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, a o Presidente da CMO:

Aviso GP/TCU de 29 de agosto:

1) Aviso nº 1.451/2013 (Acórdão nº 2.171/2013): Obras de urbanização integrada na bacia do rio Camaçari, no Estado da Bahia.

- Aviso en caminhado pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, a o Presidente do Congresso Nacional, que enviou à CMO:

Aviso GP/TCU de 29 de agosto:

1) Aviso nº 1.452/2013 (Acórdão nº 2.005/2013): Obras do sistema de esgotamento sanitário do Município de Pilar/AL.

ORDEM DO DIA

O Presidente informou que havia acordo com os membros da CMO para suspender a apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN – PLDO/2014, constante do item 2, da Pauta nº 19 – Alterada, para após a votação da PEC do Orçamento Impositivo no Senado Federal.

PAUTA 19/2013 - Alterada

2 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”. (PLDO/2014).

Relator: Deputado Danilo Forte.

Foram apresentadas 4.085 emendas.

Voto: favorável ao Projeto de Lei nos termos do Substitutivo apresentado. Das 4.085 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação a 273, pela aprovação parcial a 1.777, pela rejeição a 2.029 e indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 7128.0003, 7111.0002, 7111.0005, 6001.0002, 2954.0001 e 2693.0002.

Resultado: apreciação adiada.

3 - Relatório apresentado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1.058/2013 - CD, do Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ), que “disciplina as relações jurídicas decorrentes da rejeição de parte da Medida Provisória nº 611/2013-CN, que abriu crédito extraordinário de R\$ 43.000.000,00 (Quarenta e três milhões de Reais),

para “Serviços de Telecomunicações para Grandes Eventos”. Determina que a execução orçamentária referente a esta ação seja interrompida imediatamente”.

Resultado: Retirado de Pauta em decorrência do término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, em 9 de setembro do corrente.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 04/2013-CN.

Autor: Deputado Fábio Ramalho.

Resultado: aprovado por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INVERSÃO DE PAUTA

- Requerimento para inversão de pauta, para apreciar inicialmente o Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 04/2013-CN.

Autor: Deputado Fábio Ramalho.

Resultado: aprovado por unanimidade.

EXTRAPAUTA

- Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 04/2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Fábio Ramalho.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto.

Resultado: aprovado por unanimidade.

1 - Nos termos do parágrafo único, do art. 110 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 624/2013-CN, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.648.000.000,00 (um bilhão e seiscentos e quarenta e oito milhões de reais), para os fins que especifica”.

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Foram apresentadas 06 emendas.

Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das 06 emendas apresentadas.

Resultado: aprovado o Relator, foi designado o Senador Wilder Morais (DEM/GO) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de nºs 1 a 6, indicadas pelo relator. O Relatório foi aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas, o Presidente encerrou a reunião.
Antes, convocou reunião ordinária para o dia 17 de setembro, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 11 de setembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 17 de setembro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

8ª Reunião Ordinária
convocada para 17/09/2013, às 14h30min
(Iniciada às 14h50min e suspensa às 14h52min)

Pauta nº 21/2013

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

AVISO

O Presidente informou que no dia 18 de setembro, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta da Audiência Pública da CMO com a Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos; e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença do Sr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), que apresentará a "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços" - referente ao 1º semestre do exercício de 2013, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Tendo em vista que a PEC do Orçamento Impositivo não foi votada no Senado Federal, o Presidente informou que suspenderia a reunião, e convocou a sua continuação para o dia 18 de setembro, quarta-feira, após a realização da Reunião Conjunta de Audiência Pública com o Presidente do Banco Central do Brasil, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 17 de setembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 18 de setembro de 2013 (Audiência Pública)

Resultado da 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública
convocada para 18/9/2013, às 14h30min
(Iniciada às 14h57min e encerrada às 18h19min)

Os trabalhos foram conduzidos pelo Senador Lobão Filho (PMDB/MA), Presidente da CMO. Participaram, ainda, as seguintes Comissões: de Finanças e Tributação - CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos - CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, do Senado Federal.

Convidados: Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil - BACEN.

Tema: em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Audiência foi convocada para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referente ao 1º semestre do exercício de 2013.

ENCERRAMENTO

Realizada a reunião, o Presidente da CMO, Senador Lobão Filho, agradeceu o comparecimento de todos os convidados e parlamentares presentes

Brasília, 18 de setembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 18 de setembro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 8ª Reunião Ordinária
convocada para 18/09/2013,
após a 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública
(Reiniciada às 18h25min e suspensa às 18h26min)

Pauta nº 21/2013

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

AVISO

O Presidente informou que no dia 25 de setembro, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. MIRIAM APARECIDA BELCHIOR.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Em virtude do início da Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente informou que suspenderia a reunião, e convocou a sua continuação para o dia 24 de setembro, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 18 de setembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 24 de setembro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 8ª Reunião Ordinária
convocada para 24/09/2013, às 14h30min
(Reiniciada às 14h36min e suspensa às 14h40min)

Pauta nº 21/2013

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Severino Ninho (PSB/PE), no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

AVISO

O Presidente em exercício informou que no dia 25 de setembro, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. MIRIAM APARECIDA BELCHIOR, que prestará esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos:

- Proposta Orçamentária para 2014 - Projeto de Lei nº 09/2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014";

- Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, no que tange à inscrição, à execução e ao cancelamento de restos a pagar, em atendimento ao Requerimento nº 01/2013-CMO, de autoria do Deputado Efraim Filho (DEM/PB), subscrito pelo Deputado Cláudio Cajado (DEM/BA), aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada em 04 de junho de 2013; e

- Questões relativas à execução orçamentária 2013, tais como o contingenciamento anunciado através da Portaria Interministerial nº 207 de 31 de maio de 2013 e do Decreto nº 8.021 de 29 de maio de 2013, a porcentagem constitucional de aplicação de recursos na saúde e a execução das emendas individuais, de bancada e de comissão, em atendimento ao Requerimento nº 06/2013-CMO, de autoria do Deputado Marçal Filho (PMDB/MS), aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013.

O Presidente em exercício, informou ainda, a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para atender o Requerimento nº 10/2011, de autoria do Deputado Eduardo Azeredo (PSDB/MG), que "Solicita seja convidada a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, MIRIAM APARECIDA BELCHIOR, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca da execução Orçamentária para as Forças Armadas", aprovado pela CREDN/CD, na 44ª Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 30/11/2011.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

O Presidente em exercício informou que suspenderia a reunião, e convocou a sua continuação para o dia 25 de setembro, quarta-feira, após a realização da Reunião de Audiência Pública com a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 24 de setembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 25 de setembro de 2013 (Audiência Pública)

Resultado da 4ª Reunião de Audiência Pública
convocada para 25/9/2013, às 14h30min
(Iniciada às 15h08min e encerrada às 18h43min)

Os trabalhos foram conduzidos pelo Senador Lobão Filho (PMDB/MA), Presidente da CMO.

Convidada: Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Belchior.

Temas:

- Proposta Orçamentária para 2014 - Projeto de Lei nº 9/2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014";
- Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, no que tange à inscrição, à execução e ao cancelamento de restos a pagar, em atendimento ao Requerimento nº 01/2013-CMO, de autoria do Deputado Efraim Filho (DEM/PB), subscrito pelo Deputado Cláudio Cajado (DEM/BA), aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada em 04 de junho de 2013; e
- Questões relativas à execução orçamentária 2013, tais como o contingenciamento anunciado através da Portaria Interministerial nº 207 de 31 de maio de 2013 e do Decreto nº 8.021 de 29 de maio de 2013, a porcentagem constitucional de aplicação de recursos na saúde e a execução das emendas individuais, de bancada e de comissão, em atendimento ao Requerimento nº 06/2013-CMO, de autoria do Deputado Marçal Filho (PMDB/MS), aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013.
- Participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para atender o Requerimento nº 103/2011, de autoria do Deputado Eduardo Azeredo (PSDB/MG), que solicita esclarecimentos sobre a execução orçamentária das Forças Armadas, aprovado por aquela Comissão em 30/11/2011.

ENCERRAMENTO

Realizada a reunião, o Presidente da CMO, Senador Lobão Filho, agradeceu o comparecimento de todos os convidados e parlamentares presentes.

Brasília, 25 de setembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 25 de setembro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 8ª Reunião Ordinária
convocada para 25/09/2013,
após a 4ª Reunião de Audiência Pública
(Reiniciada às 18h55min e suspensa às 19h06min)

Pauta nº 21/2013

REABERTURA e

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 2 de outubro, quarta-feira, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

E cancelou a realização da reunião extraordinária, no dia 26 de setembro, quinta-feira, às 10 horas.

Brasília, 25 de setembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha

01 a 30/09/2013

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	-
Reuniões	01
Total	01

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	06
Total	06

Resenha Consolidada

27/02 a 30/09/2013

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	14
Total	15

Proposições	Quantidade
Plano de Trabalho (aprovado)	01
Requerimentos (aprovados)	15
Total	16

Resultados das Reuniões

01 a 30/09/2013

15ª Reunião realizada em 24 de setembro de 2013

1ª PARTE PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 10, de 2013

Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública com a participação dos seguintes convidados: Senhores William Wills, Professor do CentroClima/PPPE/COOPE – UFRJ e Neilton Fidelis, Assessor do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas-FBMC, para apresentar o Projeto de Pesquisa IES-Brasil – Implicações Econômicas e Sociais: Cenários de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) – 2030/2050, nesta Comissão Mista Permanente de Mudanças sobre o Clima.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Resultado: Aprovado

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 11, de 2013

Requer, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização do Colóquio Internacional sobre Mudanças Climáticas: A Agenda Pós-Varsóvia, previsto para o dia 6 de dezembro de 2013, com promoção desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Autoria: Deputado Sarney Filho

Resultado: Aprovado

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 12, de 2013

Nos termos regimentais, requer a participação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional – CMMC na 19ª Conferência das Partes da Convênio-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), a ser realizada na cidade de Varsóvia, na Polônia, entre os dias 11 e 22 de novembro do corrente ano.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Resultado: Aprovado

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 13, de 2013

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor do Senado Federal-CMA, Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal - CDR e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados - CMADS, para debater na forma de seminário sobre "os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido".

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Inácio Arruda

Resultado: Aprovado

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 14, de 2013

Requer participação da Comissão nos eventos Rio Clima, destinada a elaborar propostas sobre economia de baixo carbono, no período de 28 a 29 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro, bem como tomar parte no Fernando de Noronha Primeiro Território Carbono Neutro, no período de 31/10 a 2/11, na cidade de Recife e Fernando de Noronha.

Autoria: Deputado Alfredo Sirkis

Resultado: Aprovado

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 15, de 2013

Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública com a participação dos seguintes convidados: representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e da Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, para tratarem sobre medidas a serem adotadas diante do desastre natural associado ao tornado recentemente ocorrido em Taubaté, Estado de São Paulo.

Autoria: Deputado Sarney Filho
Resultado: Aprovado

2ª PARTE

Audiência Pública

Assunto / Finalidade:

Debater o aproveitamento de água pluvial, suas aplicações e estratégias projetuais voltadas para gestão do consumo e da conservação de água.

Participante:

• **Daniel Santana**
Professor da Universidade de Brasília - UNB
Aproveitamento de Água

Resultado: Audiência Realizada

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 – Coordenação de Comissões Permanentes do Senado Federal

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 30/09/2013

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	16
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	44
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	2
REUNIÕES CONJUNTAS	4
TOTAL	66

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS *	TOTAL**
CAE	4	3	4	11
CAS	-	6	-	6
CCJ	4	2	-	6
CE	4	2	-	6
CMA	-	4	1	5
CDH	-	8	-	8
CRE	4	-	2	6
CI	-	5	1	6
CDR	-	2	-	2
CRA	-	5	-	5
CCT	-	4	-	4
CMMC	-	1	-	1
CSF	-	2	-	2
TOTAL	16	44		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (**), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ (CDH)	1	-	1
Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil - CCTSTTR	1	-	1
TOTAL		2	

(***) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS	
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES
16 ^a	CAE e CRE
17 ^a	CAE e CRE
18 ^a	CAE, CMA e CMO e comissões temáticas da CD
19 ^a	CAE e CI
TOTAL DE REUNIÕES CONJUNTAS = 4	

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	3
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	2
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	1
Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	2
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	1
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	5
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	-
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	5
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	2
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	2
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	3
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	1
Comissão Senado do Futuro – CSF	-
TOTAL	27

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ (CDH)	1
TOTAL	1

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CAE e CRE	2
Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CAE, CMA e CMO , e comissões temáticas da CD	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CAE e CI	1
TOTAL	4

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	32
---	-----------

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES													
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	TOTAL
PEC	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PLS	5	11	10	4	5	5	2	-	-	1	1	-	-	44
SCD	-	1	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	4
PLC	1	1	4	4	2	-	1	1	-	-	-	-	-	14
PDS	-	-	1	-	-	-	3	-	-	1	13	-	-	18
RQS	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
EMEN PLEN	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
MSF	1	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	7
OFS	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
AVS	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	2
SUG	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
TOTAL	7	13	19	8	9	7	14	1	-	3	14	-	-	95

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	21
PLC	3
PDS	13
TOTAL	37

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	1
PLS	23
SCD	4
PLC	11
PDS	5
RQS	1
EMEN PLEN	1
MSF	7
OFS	1
AVS	2
SUG	2
TOTAL	58

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES														
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	TOTAL	
7	7	5	6	3	23	11	2	1	2	4	5	-	76	
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES														
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE SUBCOMISSÕES														-
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES														76

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	76
TOTAL	76

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	-
TOTAL	-

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimentos de Urgência	6
Requerimentos de Informações	1
Requerimento de Voto de Louvor	2
Requerimentos de Desempenho de Missão Oficial / Representação	2
TOTAL	11

RELATÓRIO DE SUBCOMISSÃO APRECIADO PELA SUBCOMISSÃO (Art. 73 § 2º do RISF)

Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil - CCTSTTR	1
TOTAL	1

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 04/02 A 30/09/2013

Reuniões Realizadas e Proposições Apreciadas

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	94
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	342 (1)
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	25
REUNIÕES CONJUNTAS	19
TOTAL ACUMULADO	480 (1)

(1) Quantitativos compatibilizados em razão da inclusão de uma reunião da CMA e uma da CMMC, realizadas e não contabilizadas no mês de agosto.

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	REUNIÃO CONJUNTA * – COMISSÕES PARTICIPANTES	TOTAL**
CAE	26	25	11	62
CAS	-	43	3	46
CCJ	28	24	3	55
CE	17	30	1	48
CMA	6	22 (1)	5	33 (1)
CDH	1	46	1	48
CRE	15	22	6	43
CI	-	37	6	43
CDR	-	22	1	23
CRA	-	24	-	24
CCT	-	32	2	34
CMMC	1	13 (1)	1	15 (1)
CSF	-	2	-	2
TOTAL ACUMULADO	94	342 (1)		

(1) Quantitativos compatibilizados em razão da inclusão de uma reunião da CMA e uma da CMMC, realizadas e não contabilizadas no mês de agosto.

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (*), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
Subcomissão permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	1	-	1
Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira - CAEECON (CAE)	3	-	3
Subcomissão Perm, de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM (CMA)	3	-	3
Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	1	-	1
Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher - CDHSPDM (CDH)	2	-	2
Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso – CDHPECAJI CDH)	1	-	1
Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça - CDHMOVJ (CDH)	3	-	3
Subcomissão Permanente do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo – CDHTRAF (CDH)	2	-	2
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)	3	-	3
Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil – CCTSTTR (CCT)	6	-	6
TOTAL ACUMULADO	25		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS		
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	TOTAL
1 ^a	CCJ, CAE e CDR	1
2 ^a , 4 ^a , 5 ^a , 15 ^a e 19 ^a	CAE e CI	5
3 ^a	CRE e CMA	1
6 ^a e 18 ^a	CAE, CMA, CMO e 3 comissões temáticas da CD	2
7 ^a	CMMC e CMA	1
8 ^a	CRE e CCJ	1
9 ^a	CAS e CE	1
10 ^a	CDH e CAS	1
11 ^a	CAS, CCJ e CAE	1
12 ^a e 13 ^a	CRE e CCT	2
14 ^a	CI e CMA	1
16 ^a e 17 ^a	CAE e CRE	2
TOTAL ACUMULADO DE REUNIÕES CONJUNTAS = 19		

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	20
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	16
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	9
Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	19
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA	9
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	32
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	15
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	26
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	10
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	9
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	15
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	11 (¹)
Comissão Senado do Futuro	-
TOTAL ACUMULADO	191 (¹)

(¹) Quantitativos compatibilizados em razão de uma audiência pública da CMMC realizada e não contabilizada no mês de agosto.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira - CAEECON (CAE)	1
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 - CMACOPOLIM (CMA)	1
Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMOVJ (CDH)	2
Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	1
Subcomissão Permanente do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo – CDHTRAF (CDH)	1
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)	1
Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil – CCTSTTR (CCT)	5
TOTAL ACUMULADO	12

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CCJ, CAE e CDR	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CAE e CI	5
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CMA e CRE	1
Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização 2013 – CAE, CMA e CMO – e 3 Comissões Permanentes da Comissão dos Deputados	2
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMMC e CMA	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CRE e CCJ	1
Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CAS e CE	1
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – CDH e CAS	1
Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Econômicos – CAS, CCJ e CAE	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CRE e CCT	2
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CI e CMA	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CAE e CRE	2
TOTAL ACUMULADO	19

TOTAL GERAL ACUMULADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	222
---	------------

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATERIAL	COMISSÕES PERMANENTES													
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	TOTAL
PEC	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
PLS	54	75	44	41	27	18	4	9	17	8	10	-	-	307
SCD	-	2	4	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	9
PLC	15	15	21	56	8	3	4	4	1	2	2	-	-	131
PDS	-	-	2	-	-	-	18	-	-	1	159	-	-	180
PRS	3	1	7	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	15
RQS	-	-	1	1	-	-	23	-	-	-	-	-	-	25
IND	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
EMEN PLEN	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
MSF	25	4	6	1	2	-	30	2	-	-	-	-	-	70
OFS	-	1	25	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	32
AVS	1	-	-	-	7	-	-	-	-	5	-	-	-	13
AMA	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	16
PET	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SUG	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	8
CON	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL ACUM.	100	98	128	105	64	29	83	15	18	16	171	-	-	827

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATERIA	
PLS	149
PLC	69
PDS	159
OFS	1
TOTAL ACUMULADO	378

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA**POR TIPO DE MATÉRIA**

PEC	15
PLS	158
SCD	9
PLC	62
PDS	21
PRS	15
RQS	25
IND	1
EMEN PLEN	3
MSF	70
OFS	31
AVS	13
AMA	16
PET	1
SUG	8
CON	1
TOTAL ACUMULADO	449

**REQUERIMENTOS APRECIADOS EM
COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES**

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES													
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	TOTAL
59	54	33	47	43 (1)	83	72 (1)	42	33	39	26	14	-	545 (1)
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES													
Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira - CAEECON (CAE)													1
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM (CMA)													6
Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)													1
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)													1
TOTAL ACUMULADO DE REQUERIMENTOS DE SUBCOMISSÕES													9

(1) Quantitativos compatibilizados em razão de: a) inclusão de um Requerimento da CMA, não contabilizado em agosto; e b) retirada de um Requerimento da CRE, listado em agosto, ora transferido para o quadro "Matérias adotadas pelas Comissões para apresentação em Plenário".

TOTAL ACUMULADO DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES	554
---	------------

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	530 (¹)
Rejeitados	9
Retirado	1
Retirados pelo autor	2
Prejudicados	3
TOTAL ACUMULADO	545 (¹)

(¹) Quantitativos compatibilizados em razão da inclusão de Requerimento da CMA, não contabilizado no mês de agosto.

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	9
TOTAL ACUMULADO	9

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimento de Urgência	59
Requerimento de Informações	13
Requerimento de Voto de Aplauso / Louvor	5
Requerimento de Voto de Apoio	1
Requerimento de Voto de Censura e Repúdio	4
Requerimento de Manifestação Contrária	1 (¹)
Requerimento de Desempenho Missão Oficial / Representação	14
Requerimento de Tramitação Conjunta	1
Projeto de Lei do Senado	4
Projeto de Resolução do Senado	2
TOTAL ACUMULADO	104 (¹)

(¹) Requerimento da CRE, proveniente do quadro "Requerimentos apreciados em Comissões Permanentes e Subcomissões", listado no mês de agosto.

**RELATÓRIO DE SUBCOMISSÃO APRECIADO PELA COMISSÃO
(Art. 73 § 2º do RISF)**

CI - Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil (CISTAC)	1
TOTAL ACUMULADO	1

**RELATÓRIO DE SUBCOMISSÃO APRECIADO PELA SUBCOMISSÃO
(Art. 73 § 2º do RISF)**

Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil - CCTSTTR	1
TOTAL ACUMULADO	1

INSTALAÇÃO DE COLEGIADO E ELEIÇÃO

Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira – CAEECON (CAE)	1
Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	1
Comissão Senado do Futuro	1
TOTAL ACUMULADO	3

**EMENDAS APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

EMENDAS APROVADAS AO PL Nº 2/2013-CN (PLDO/2014)												
TIPO/ COMISSÃO	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	TOTAL
METAS	5	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	54
TEXTO	22	12	16	6	10	40	13	5	9	3	3	139
TOTAL ACUMULADO	27	17	21	11	14	45	18	10	14	8	8	193

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES PERMANENTES 01 a 30/09/2013

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- COMISSÕES PERMANENTES -

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

• Dia 03 de setembro

Finalidade:

Tratar do Superávit Primário; da situação atual do montante da dívida bruta e líquida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios; do balanço da política fiscal do governo; do balanço dos limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito interno e externo; e do balanço dos limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal; balanço das operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; situação atual do endividamento dos Estados e Municípios.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 38/2013, Senador Ivo Cassol
- RQE 41/2013, Senador Pedro Taques e outros

Participante:

- Arno Hugo Augustin Filho - Secretário do Tesouro Nacional

• Dia 10 de setembro

Finalidade:

Analisar a conjuntura econômica brasileira, com ênfase nas perspectivas de crescimento sustentado para os próximos anos.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 4/2013, Senador Eduardo Suplicy e outros
- RQE 35/2013, Senador Armando Monteiro
- RQE 54/2013, Senador Lindbergh Farias

Participantes:

- Ilan Goldfajn - Economista-chefe do Itaú Unibanco
- Nilson Teixeira - Economista-chefe do Credit Suisse
- Octavio de Barros - Economista-chefe do Banco Bradesco

• Dia 24 de setembro

Finalidade:

Discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Participante:

- Alexandre Tombini - Presidente do Banco Central do Brasil

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

• Dia 10 de setembro

Finalidade:

Instruir o PLS 434, de 2011, que "Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RAS 36/2013, Senador Paulo Paim
- RAS 37/2013, Senador Vicentinho Alves e outros
- RAS 48/2013, Senador Paulo Paim

Participantes:

- Marcelo Ceriotti - Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas - SNA
- Wolner Aguiar - Representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo - SNETA
(representante de: Fernando Alberto dos Santos)
- Rafael Lara Martins - Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho
- Odilon Junqueira - Consultor de Recursos Humanos do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias - SNEA
(representante de: Arturo Spadale)
- Amaury Montandon - Comandante
(representante de: Carlos Seixas)
- Paulo Rogério Licati - Especialista em gerenciamento de risco de fadiga humana.

• Dia 19 de setembro

Finalidade:

Discutir a situação das perícias médicas do INSS.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RAS 38/2013, Senadora Ana Amélia e outros

Participantes:

- Sérgio Antônio Martins Carneiro - Diretor de Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
(representante de: Lindolfo Neto de Oliveira Sales)
- Rogério Nagamine Costanzi - Representante do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS
- Jarbas Simas - Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social - ANMP
- Geraldo Ferreira Filho - Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM
- Clarissa Bassin - Vice-Presidente da Associação Gaúcha dos Peritos Médicos Previdenciários
(representante de: Paulo de Argollo Mendes)
- Darcy Santana Vitobello - Subprocuradora-Geral da República - Ministério Público Federal - MPF
- José Reginaldo Inácio - Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)**• Dia 10 de setembro**

Finalidade:

Instruir o PLC nº 37, de 2013, que "Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQJ 35/2013, Senador Antonio Carlos Valadares
- RQJ 44/2013, Senador Humberto Costa
- RQJ 46/2013, Senador Wellington Dias
- RQJ 47/2013, Senador Wellington Dias

- PLC 37/2013, Deputado Osmar Terra

Participantes:

- Vitore André Zilio Maximiano - Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas - Senad do Ministério da Justiça - MJ
- Osmar Terra - Deputado Federal
(representante de: Deputado Givaldo Carimbão)
- Marcus Vinicius de Oliveira - Representante do Conselho Federal de Psicologia
- Haroldo J. Rahm – Padre; Presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas
- Alice de Marchi Pereira de Souza - Representante da Rede Justiça Criminal
- Dartiu Xavier da Silveira - Professor da Universidade Federal de São Paulo
- Cloves Benevides - Coordenador do Fórum Brasileiro de Gestores de Políticas sobre Drogas
- Miriam Abou-yd - Representante da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial
- Aloisio Andrade - Coordenador Geral do Colegiado de Conselhos Estaduais de Políticas Sobre Drogas
- Cristiano Maronna - Advogado e Representante da Rede Pense Livre
- Célio Luiz Barbosa - Presidente da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas - CONFENACT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE)

• Dia 11 de setembro

Finalidade:

“O Reconhecimento e Validação dos Diplomas do MERCOSUL e a Situação dos Estudantes Transferidos das Universidades Públicas e Privadas”.

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimento nº 25/2013-CE: Senador Paulo Paim

Participantes:

- Senadora Mirtha Palácios Melgarejo - Representante do Paraguay PARLASUL/MERCOSUL
- Deputado Gonzaga Patriota - Deputado - Autor do Projeto de Lei da Câmara 1981 de 2011
- Sérgio Kieling Franco - Representante do Conselho Nacional de Educação - CNE
- Vicente Celestino de França - Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior - ANPGIEES
- Priscila Cândido Ubriaco de Oliveira - Coordenadora Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação

• Dia 18 de setembro

Finalidade:

Debater o resultado do estudo, "Textos para discussão: É Possível atingir as metas para a educação sem aumentar os gastos? Uma Análise para os municípios brasileiros" elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, sobre o desperdício dos gastos municipais em educação.

Observações:

Autoria do Requerimento nº 42/2013-CE: Senadora Ana Amélia

Participantes:

- Fabiana Rocha - Coautora do Estudo e Professora da Universidade de São Paulo - USP
- Luiz Cláudio Costa - Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep
- André Amorim Alencar - Representante da Confederação Nacional de Municípios – CNM

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)

• Dia 10 de setembro

Finalidade:

Discutir a exploração de minérios no Amazonas

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RMA 26/2012, Senadora Vanessa Grazziotin

Participantes:

- Roberto Ventura Santos - Diretor de Geologia e Recursos Minerais da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Serviço Geológico do Brasil - CPRM
- Daniel Borges Nava - Secretário da Secretaria Estadual de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos do Amazonas
- Sinésio Campos - Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM
- Jonatas Souza da Trindade - Coordenador de Mineração e Obras Civis do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - CGASQ/IBAMA
- Joseias Lopes da Silva - Prefeito do Município de Nova Olinda do Norte
- Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio - Prefeito do Município de Autazes

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

• Dia 02 de setembro

Finalidade:

Debater sobre o tema: "A realidade do Sistema Prisional Brasileiro e a Indispensável Garantia dos Direitos e Conquistas".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 56/2013, Senador Paulo Paim

Participantes:

- Jarbas Santos de Souza - Diretor de Formação e Relações Institucionais da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários - FENASPEN
- Vilobaldo Adelídio de Carvalho - Diretor Financeiro da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários – FENASPEN; Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários - SINPOLJUSPI
- Amauri Meireles - Coronel da Reserva da Polícia Militar de Minas Gerais
- Patrick Mariano Gomes - Coordenador-Geral de Análise e Acompanhamento do Processo Legislativo do Departamento de Processos Legislativos da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça - MJ
- Deise Benedito - Assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
- Petra Silvia – Irmã, representante da Pastoral Carcerária
(representante de: Pe. Valdir João Silveira)

• Dia 09 de setembro

Finalidade:

Debater sobre o tema: "Alienação Parental no Núcleo da Família: Pais 'não' separados".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 48/2013, Senador Paulo Paim

Participantes:

- Esmeralda Roberto de Sousa Lima - Professora e Pesquisadora
- Cesar Galves Mangini – Advogado; Psicanalista
- Sérgio de Moura Rodrigues - Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz
- Delma Silveira Ibias - Advogada especialista em direito de família - Presidenta do Instituto Brasileiro de Direito da Família do Rio Grande do Sul - IBEDEFAN
- Sérgio Marques - Coordenador-Geral de Convivência Familiar e Comunitária da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

• Dia 16 de setembro

Finalidade:

"Debater os direitos, conquistas, desafios e perspectivas das pessoas com deficiência, como ação que integra a semana nacional de luta".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 65/2013, Senador Paulo Paim e outros

- RDH 70/2013, Senador Randolfe Rodrigues e outros

Participantes:

- Antônio José Ferreira - Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
- Messias Ramos Costa - Professor da Universidade de Brasília - UNB
- Lurdinha Danezy - Professora, Escritora e Artista Plástica
- Macaé Maria Evaristo dos Santos - Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação - MEC
- Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira - Representante da Federação Nacional das APAES

• **Dia 19 de setembro**

Finalidade:

Debater o Tema: "Uso de Agrotóxicos na Alimentação e a vulnerabilidade das populações rurais".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 60/2013, Senadora Ana Rita

Participantes:

- Fernando Carneiro - Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO
- Jaime César de Moura Oliveira - Diretor da Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária da ANVISA
- Dom Thomás Balduíno - Representante da Comissão Pastoral da Terra Nacional
- Wilson Rocha Assis - Procurador da República no Município de Rio Verde
- Hugo Alves dos Santos - Diretor da Escola Municipal São José do Pontal - Rio Verde/GO
- Marciano Toledo da Silva - Representante da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
- Cleber Folgado - Coordenador Nacional da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida
- Anísia Andrade dos Santos - Mãe de aluno intoxicado
- Mauro Rubens - Deputado Estadual; Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Goiás
- Karlos Cabral - Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Goiás

• **Dia 24 de setembro**

Finalidade:

Debater "O Sucesso dos cotistas: Das Universidades aos Concursos Públicos".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 69/2013, Senador Paulo Paim e outros

Participantes:

- Ângela Nascimento - Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- Augusto Werneck - Primeiro Professor de Disciplina de Ação Afirmativa no Brasil
- Frei David Santos - Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes - EDUCAFRO
- Rui Portanova - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
- Carla Beatriz Nunes Maia - Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro
- Hélio Silva Júnior - Doutor em Direito Constitucional
- Luiz Barcelos - Gerente de Projetos da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

COMISSÃO DE SERVIÇOS INFRAESTRUTURA (CI)

• **Dia 02 de setembro**

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país
4º Ciclo - Aviação Civil - Gerenciamento; Modernização; Ampliação e Principais
Óbices

Painel 1 - Governança e Evolução da Aviação Civil Brasileira

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

Participante:

· Wellington Moreira Franco - Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR

• **Dia 04 de setembro**

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país
4º Ciclo - Aviação Civil - Gerenciamento; Modernização; Ampliação e Principais Óbices

Painel 2 - Segurança Operacional e o Crescimento da Aviação Civil Brasileira

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

Participantes:

· Cláudio Passos Simão - Diretor de Aeronavegabilidade de Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

· Ricardo Nogueira – Coronel Aviador - Diretor-Geral da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Geral - Abag

· Nelson Antônio Paim – Comandante - Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola – SINDAG

• **Dia 11 de setembro**

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país
4º Ciclo - Aviação Civil - Gerenciamento; Modernização; Ampliação e Principais Óbices

Painel 3 - Desafios da Infraestrutura Aeronáutica e Aeroportuária

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

Participantes:

· José Alves Candez Neto – Brigadeiro-do-ar; Diretor de Operações do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - Subdepartamento de Operações - SDOP

· Ronaldo Jenkins – Comandante; Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Regular - Abear

· Carlos Eduardo Pellegrino - Diretor de Operações de Aeronaves da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

· Carlos Eduardo Fernandez Silveira - Gerente de Comunicações e Relações Institucionais do Aeroporto Internacional de São Paulo

• **Dia 16 de setembro**

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país
4º Ciclo - Aviação Civil - Gerenciamento; Modernização; Ampliação e Principais Óbices

Painel 4 - Modernização dos Aeroportos Nacionais

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

Participantes:

· Gustavo do Vale - Presidente da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero

· José Antunes Sobrinho - Presidente do Conselho de Administração da INFRAMERICA

· Fernando Santos - Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – SNETA

• **Dia 30 de setembro**

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país

4º Ciclo - Aviação Civil - Gerenciamento; Modernização; Ampliação e Principais Óbices

Painel 5 - Investimento e Logística de Aeroportos Regionais

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

Participantes:

- Victor Celestino - Diretor de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas
- Wagner William de Souza Moraes - Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
- Henrique Rubens Balta de Oliveira – Tenente-Coronel Aviador, Chefe da Seção de Gerenciamento do Risco Aviário do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - CENIPA
- Mário Rodrigues - Assessor Especial do Ministro Moreira Franco da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR)

• Dia 11 de setembro

Finalidade:

Discutir e aprofundar os investimentos da PETROBRAS nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País e, em especial, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDR 26/2013, Senador Ruben Figueiró
- RDR 27/2013, Senador Ruben Figueiró

Participantes:

- José Alcides Santoro Martins - Diretor da Área de Gás e Energia da Petróleo Brasileiro - PETROBRÁS
- Ueze Zahran - Presidente da COPAGAZ

• Dia 18 de setembro

Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2013, que Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para limitar a multa no caso de resilição ou alteração do contrato de hospedagem

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDR 24/2013, Senadora Lídice da Mata
- RDR 25/2013, Senadora Ana Amélia

Participantes:

- Ana Cândido Muniz Cipriano - Coordenadora-Geral de Consumo e Cidadania - SENACON . (representante de: Juliana Pereira Silva)
- Enrico Fermi Torquato Fontes - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH
- Alexandre Sampaio - Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação – FBHA

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)

• Dia 05 de setembro

Finalidade:

Debater o Novo Seguro Agrícola no País.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRA 29/2013, Senador Rodrigo Rollemberg
- RRA 34/2013, Senador Rodrigo Rollemberg e outros

Participantes:

- Alysson Paolinelli - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho - ABRAMILHO
- Antonio Licio - Consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Milho - ABRAMILHO
- Cesario Ramalho da Silva - Presidente da Sociedade Rural Brasileira - SRB
- José Aroldo Gallassini - Presidente da COAMO Agroindustrial Cooperativa - COAMO
- Gláucio Nogueira Toyama - Diretor Técnico de Seguros Rurais e Habitacionais do Grupo

Segurador Banco do Brasil e MAPFRE - BB/MAFRE
(representante de: Sr. Luis Carlos Guedes Pinto)

· Rosemeire Cristina dos Santos - Superintendente Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

• **Dia 26 de setembro**

Finalidade:

Discussir o Plano Safra 2013/2014, a regularização fundiária e a armazenagem do Brasil.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRA 27/2013, Senador Sérgio Souza e outros

Participantes:

· Antônio Andrade - Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

· Gilberto José Spier Vargas - Ministro do Desenvolvimento Agrário - MDA

· Neri Geller - Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

· Rubens Rodrigues dos Santos - Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)

• **Dia 03 de setembro**

Finalidade:

Discussir o “Marco Civil da Internet – Debates sobre Neutralidade de Rede, Privacidade e Conservação dos Dados Pessoais, e outras Questões Controversas”

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCT 32/2013, Senador Vital do Rêgo

Participantes:

· Maximiliano Martinhão - Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações – MiniCom

· Jarbas José Valente - Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

· Marivaldo de Castro Pereira - Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça - MJ

· Alexander Castro - Diretor de Regulação do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SINDITELEBRASIL

· João Moura - Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas - TelComp

· Nelson Wortsman - Diretor de Ambiente e Infraestrutura da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. – BRASSCOM

• **Dia 17 de setembro**

Finalidade:

Audiência Pública destinada a debater o tema "TECNOLOGIA DE DIGITALIZAÇÃO DO SISTEMA RADIOFÔNICO BRASILEIRO".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCT 7/2013, Senador Aníbal Diniz e outros

- RCT 16/2013, Senador Aníbal Diniz

- RCT 17/2013, Senador Aníbal Diniz

Participantes:

· Octavio Penna Pieranti - Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações – MiniCom Vice - Presidente do Conselho Consultivo do Rádio Digital do Ministério das Comunicações - MiniCom

· Bráulio Ribeiro - Chefe de Gabinete da Diretoria Geral da Empresa Brasileira de Comunicação - EBC

· André Felipe Seixas Trindade - Engenheiro de Sistemas de Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABRATEL

· Monique Cruvinel - Gerente de Tecnologia e Engenharia da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT

- Pedro Martins - Representante Nacional da Associação Mundial das Rádios Comunitárias – AMARC

- **Dia 24 de setembro**

Finalidade:

Debater o tema: "INVESTIMENTOS E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (MÓVEL, FIXA E BANDA LARGA) – TECNOLOGIA 4G E GRANDES EVENTOS – REGULAMENTO DE CELEBRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCT 36/2013, Senador Walter Pinheiro e outros

Participantes:

- Roberto Pinto Martins - Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
- Marcelo Barros da Cunha - Secretário da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações do Tribunal de Contas da União - TCU
- Danilo Doneda - Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
- Antonio Carlos Fonseca da Silva - Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3^a Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal - MPF
- Eduardo Levy - Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CMMC)

- **Dia 24 de setembro**

Finalidade:

Debater o aproveitamento de água pluvial, suas aplicações e estratégias projetuais voltadas para gestão do consumo e da conservação de água.

Participante:

- Daniel Santana - Professor da Universidade de Brasília – UNB

- SUBCOMISSÕES -

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA – CDHMVJ (CDH)

- **Dia 24 de setembro**

Finalidade:

"Ouvirmos os familiares de mortos e desaparecidos políticos."

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 68/2013, Senador João Capiberibe

Participantes:

- Paulo Abrão - Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça
- Iara Xavier - Representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
- Marcelo Santa Cruz - Familiar de desaparecido
- Mateus Dounis Vinchon Guimarães - Membro do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do Distrito Federal
- Gilney Viana - Coordenador do Projeto "Direito à Memória e Verdade" da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

- CONJUNTAS -**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CAE E CRE****• Dia 17 de setembro****Finalidade:**

Discussão das denúncias de espionagem sobre informações da Petrobras, perpetrada pelo governo estadunidense e seus reflexos nos leilões de concessão de campos de exploração de petróleo.

Observações:

A reunião foi realizada com a participação da CPI da Espionagem, em atendimento ao Requerimento CPI-ESP nº 06/2013, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 56/2013, Senador Randolfe Rodrigues
- RRE 90/2013, Senador Randolfe Rodrigues

Participante:

- Magda Maria de Regina Chambriard - Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

• Dia 18 de setembro**Finalidade:**

Discussão das denúncias de espionagem sobre informações da Petrobras, perpetrada pelo governo estadunidense e seus reflexos nos leilões de concessão de campos de exploração de petróleo.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 56/2013, Senador Randolfe Rodrigues
- RRE 90/2013, Senador Randolfe Rodrigues

Participante:

- Maria das Graças Silva Foster - Presidente da Petrobras

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,
COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
E COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO –
CAE, CMA E CMO****• Dia 18 de setembro****Finalidade:**

Exposição do Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que "no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das Comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços" - referente ao 1º semestre de 2013.

Participante:

- Alexandre Tombini - Presidente do Banco Central do Brasil

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E
COMISSÃO DE SERVIÇOS INFRAESTRUTURA – CAE E CI**

• Dia 26 de setembro

Finalidade:

Discutir os avanços do novo marco do Pré-Sal, aprovado pelo Senado.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 34/2013, Senadora Vanessa Grazziotin
- RQE 57/2013, Senador Roberto Requião e outros
- RQE 59/2013, Senador Roberto Requião
- RQI 30/2013, Senadora Vanessa Grazziotin

Participantes:

- Fernando Siqueira - Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras - Aepet
- Paulo Cesar Smith Metri - Mestre em Engenharia Industrial na Georgia Institute of Technology

MATÉRIAS APRECIADAS

(***) NT = Matéria apreciada em decisão Não Terminativa
 T = Matéria apreciada em decisão Terminativa

MATÉRIA	RESULTADO (***)	COMISSÃO	DIA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC			
PEC 43/2013 - Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 47 e dá nova redação aos incisos III, IV e XI do art. 52, ao § 2º do art. 55 e ao § 4º do art. 66 da Constituição Federal, abolindo a votação secreta no âmbito do Poder Legislativo.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CCJ	19/09
PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS			
PLS 172/2007 - Altera o § 2º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, de modo a permitir a doação de madeira de origem ilegal, apreendida pela autoridade ambiental competente, para programas de construção de moradias populares.	Aprovado o PLS nº 172, de 2007, com a emenda nº 1-CMA, e rejeitado o PLS nº 71, de 2009. (T)	CMA	03/09
Tramita em conjunto com PLS 71/2009 - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para definir a destinação da madeira apreendida em operações de fiscalização realizadas pelos órgãos públicos.			
PLS 718/2007 - Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.	Aprovado o parecer favorável, na forma da Emenda nº 7-CRA (Substitutivo). (NT)	CRA	19/09
PLS 53/2008 - Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES).	Aprovado o parecer favorável ao PLS nº 53/2008, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE, e pela prejudicialidade dos PLS nº 8 e nº 544/2009, que tramitam em conjunto. (NT)	CE	24/09
Tramita em conjunto com PLS 8/2009 - Adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário).			
Tramita em conjunto com PLS 544/2009 - Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e			

dá outras providências.

PLS 14/2010 - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte.	Aprovado o parecer contrário. (NT)	CDH	18/09
PLS 181/2010 - Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.	Rejeitado o Projeto. (T)	CAS	04/09
PLS 161/2011 - Altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar ao filho do segurado o menor sob sua guarda judicial, mediante declaração do segurado, desde que ele não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.	Aprovado o Projeto. (T)	CAS	04/09
PLS 226/2011 - Altera o art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para outorgar privilégio especial, sobre os produtos do abate, ao credor por animais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCJ	25/09
PLS 228/2011 - Complementar - Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil.	Aprovado parecer pela rejeição. (NT)	CAE	24/09
PLS 330/2011 - Ementa do Projeto: Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.	Substitutivo definitivamente adotado. (T)	CRA	05/09
PLS 399/2011 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.	Aprovado parecer favorável, com as emendas nºs 1 e 2 - CRE. (NT)	CRE	26/09
PLS 545/2011 - Declara nulas as obrigações do sócio de pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade limitada inscritas na Dívida Ativa da União com fundamento no revogado art. 13 da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, em desacordo com o Código Tributário Nacional.	Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	25/09
PLS 554/2011 - Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.	Aprovado o parecer favorável, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). (NT)	CDH	18/09
PLS 570/2011 - Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, que "proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território	Aprovado parecer favorável. (NT)	CCT	10/09

nacional", para tipificar o crime de jogo de azar em rede de computador

PLS 727/2011 - Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.	Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ. (T)	CCJ	25/09
PLS 728/2011 - Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências.	Aprovado parecer pelo arquivamento do Projeto. (NT)	CAS	11/09
PLS 733/2011 - Estabelece a obrigatoriedade de experiência prévia para que entidades sem fins lucrativo firmem parcerias com o Poder Público.	Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ, de redação. (T)	CCJ	25/09
PLS 7/2012 - Altera os arts. 123 e 124 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) para restringir o benefício da saída temporária de presos.	Aprovado o Projeto e rejeitadas as Emendas. (T)	CCJ	25/09
PLS 18/2012 - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.	Aprovado parecer favorável, nos termos da emenda nº 1-CMA (Substitutivo). (NT)	CMA	03/09
PLS 29/2012 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código do Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aferição de peso dos veículos de transporte coletivo	Aprovado o Projeto e as Emendas de redação nº 1-CCJ e 2-CCJ. (T)	CCJ	25/09
PLS 93/2012 - Altera o caput do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e o art. 5º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o objetivo de alterar a distribuição de compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.	A Comissão rejeita o Projeto. (T)	CAE	24/09
PLS 121/2012 - Insere o art. 103-B à Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, de forma a permitir a suspensão temporária do pagamento de débito previdenciário para aplicação dos recursos correspondentes em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca ou estiagem prolongada, e dá outras providências	Aprovada a Declaração pela Prejudicialidade do Projeto. (T)	CAS	04/09
PLS 139/2012 - Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CAS	11/09
PLS 231/2012 - Cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras	Aprovada a Emenda nº 1-CCT-CAS-CAE	CAE	17/09

providências.	(Substitutivo). Fica prejudicado o Projeto. (T)		
	O Substitutivo é definitivamente adotado.	CAE	24/09
PLS 241/2012 - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para fixar limite mínimo de fornecimento de medicamentos de uso contínuo pelas empresas produtoras e obrigá-las a advertir os consumidores sobre eventual encerramento da produção.	Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. (T)	CAS	11/09
PLS 245/2012 - Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda os proventos de aposentadoria ou reforma recebidos por portadores de albinismo.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CAE	24/09
PLS 253/2012 - Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para fixar regras de reeleição e de duração dos mandatos dos dirigentes de entidades desportivas.	Aprovado o PLS nº 253, de 2012, com a emenda nº 1-CE, prejudicando o PLS nº 200, de 2013, que tramita em conjunto, e a emenda a ele apresentada. (T)	CE	03/09
Tramita em conjunto com PLS 200/2013 - Regulamenta a duração do mandato dos Presidentes das Federações Estaduais de Futebol e dá outras providências.			
PLS 267/2012 - Altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, para prever nova hipótese de alíquota zero do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior; altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo do REINTEGRA; isenta o lucro sobre a venda dos bens e serviços discriminados do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL); altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para alterar a base de cálculo do IRPJ sobre os serviços que menciona.	Aprovado parecer favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 - CRE. (NT)	CRE	05/09
PLS 289/2012 - Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para dispor sobre a obrigatoriedade de Relatório de Sustentabilidade para as companhias ou sociedades anônimas	Aprovado parecer favorável. (NT)	CMA	03/09
PLS 291/2012 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dar aos programas de mestrado o caráter de formação para a docência e a seus diplomas a titulação mínima para ingresso no magistério da educação superior pública.	Aprovado o Substitutivo. (T)	CE	03/09
	O Substitutivo é adotado pela Comissão. (T)	CE	10/09
PLS 309/2012 - Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente	Aprovado parecer favorável. (NT)	CDH	05/09

em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda.

PLS 347/2012 - Altera os arts. 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para ampliar o limite máximo de receita bruta total para opção pelo regime de lucro presumido de tributação pelo imposto de renda das pessoas jurídicas.	Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto. (T)	CAE	17/09
PLS 437/2012 - Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.	Aprovado o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE. (NT)	CE	17/09
PLS 441/2012 - Altera a redação dos art. 8º, 11, 16, 17-A, 26, 28, 36, 37, 38, 45, 47, 52, 57-A e 77, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para eleições, para reduzir o tempo e diminuir o custo das campanhas eleitorais e dá outras providências.	Aprovado o Substitutivo. (T)	CCJ	04/09
	O Substitutivo é aprovado em Turno Suplementar, com as Emendas nºs 1 a 24 - CCJ. (T).	CCJ	10/09
PLS 8/2013 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).	Aprovados o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. (T)	CAS	25/09
PLS 50/2013 - Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil.	Aprovado parecer favorável, com a emenda nº 1-CMA. (NT)	CMA	17/09
PLS 72/2013 - Dispõe sobre normas gerais aplicáveis aos serviços sociais autônomos instituídos pela União e dá outras providências.	Aprovado parecer pela rejeição. (NT)	CMA	03/09
PLS 241/2013 - Institui a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem.	Aprovado o Projeto. (T)	CAS	25/09
PLS 246/2013 - Altera o art. 57 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para dispor sobre direitos dos Auxiliares Locais do Serviço Exterior Brasileiro.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CAS	04/09
PLS 256/2013 - Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidas da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) as despesas com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor para transporte de pessoas com deficiência.	Aprovado parecer favorável, com as Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. (NT)	CDH	05/09

PLS 257/2013 - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa portadora de deficiência.	Aprovado parecer favorável, com a Emenda nº 1-T-CDH e as Emendas nºs 2-CDH a 4-CDH. (NT)	CDH	05/09
PLS 263/2013 - Acrescenta o § 13 ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para estabelecer que cônjuge ou companheiro não perde a condição de segurado especial mesmo quando o outro cônjuge ou companheiro ou qualquer um dos filhos maiores de 16 (dezesseis) anos exercer atividade remunerada permanente ou por período superior a cento e vinte dias.	Aprovado o Projeto. (T)	CAS	11/09
PLS 264/2013 - Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), vedando o financiamento de campanhas eleitorais por pessoa jurídica.	Rejeitado o Projeto. Ficam prejudicados o Substitutivo e as Emendas apresentados ao projeto. (T)	CCJ	11/09
PLS 298/2013 - Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e dá outras providências.	Aprovado parecer pela rejeição. (NT)	CCJ	19/09
PLS 323/2013 - Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.	Aprovado parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAS. (NT)	CAS	18/09
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – SCD			
SCD 294/2001 - Regulamenta a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências.	Aprovado parecer pela rejeição. (NT)	CAS	04/09
SCD 98/2002 – Complementar - Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.	Aprovado parecer favorável ao SCD PLS 98/2002 – Complementar, com as Emendas de redação nºs 1-CCJ a 7-CCJ. (NT)	CCJ	11/09
SCD 126/2008 - Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição.	Aprovado parecer favorável, com emenda redacional que apresenta. (NT)	CRE	12/09
	Aprovado parecer favorável, com adequação redacional da Ementa, nos termos	CCJ	25/09

em que adotada pela
CRE. (NT)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC

PLC 99/2007 – Acrescenta inciso XX ao caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. (Prevê penalidade para estacionamento irregular, em vaga para pessoas portadoras de deficiência física).

Tramita em conjunto com

PLC 103/2007 – Acrescenta inciso III ao parágrafo único do art. 281 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, que cuida do julgamento da consistência do auto de infração.

Tramita em conjunto com

PLC 128/2007 – Altera o caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que as saídas de emergência dos ônibus e microônibus devem ser visíveis independentemente da existência ou não de luz ambiente.

Tramita em conjunto com

PLS 71/2007 – Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar nova destinação de parcela das receitas arrecadadas com a cobrança de multas de trânsito aos municípios.

Tramita em conjunto com

PLS 192/2007 – Dá nova redação aos arts. 54, 55 e 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Tramita em conjunto com

PLS 201/2007 – Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para destinar aos municípios parcela da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito em rodovias federais.

Tramita em conjunto com

PLS 222/2007 – Altera o art. 131 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - para que sejam expedidas 02 (duas) vias do Certificado de Licenciamento Anual.

Tramita em conjunto com

PLS 257/2007 – Acrescenta parágrafo ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre a implantação de sinalização de trânsito destinada às pessoas portadoras de deficiência visual.

Tramita em conjunto com

PLS 383/2007 – Altera o § 1º do Art. 261 da Lei nº 9.503,

Aprovado parecer favorável aos Projetos de Lei da Câmara nº 99, de 2007; 74, 165 e 172, de 2008, tomando por base o PLC nº 99, de 2007, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário aos demais Projetos que tramitam em conjunto. (NT)

CCJ **04/09**

de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para redefinir as condições de aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir por acúmulo de pontos em infrações cometidas.

Tramita em conjunto com

PLS 401/2007 – Altera o art.159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a notificação do condutor sobre a data limite para renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Tramita em conjunto com

PLS 462/2007 – Altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir os veículos sinistrados, com laudo de perda total e integralmente indenizados por companhia seguradora, entre aqueles sujeitos a baixa obrigatória de registro.

Tramita em conjunto com

PLS 550/2007 – Inclui novo § 3º no art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir que o candidato à habilitação na categoria A esteja habilitado há, no mínimo, um ano na categoria B ou superior e que não tenha cometido infração grave ou gravíssima, nem seja reincidente em infrações médias nos últimos doze meses.

Tramita em conjunto com

PLS 594/2007 – Altera o art. 303 e acrescenta os arts. 302-A e 303-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para aumentar as penas dos crimes de condução de veículo automotor em estado de embriaguez e de participação em via pública de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente.

Tramita em conjunto com

PLS 613/2007 – Altera o Código de Trânsito Brasileiro e o Código Penal, com vistas a aumentar as penas dos crimes que especifica e determinar que o juiz seja comunicado imediatamente sobre acidentes de trânsito com morte, para efeito de suspensão cautelar da habilitação do condutor.

Tramita em conjunto com

PLC 74/2008 – Altera o inciso VI do caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre especificidades dos veículos de duas rodas.

Tramita em conjunto com

PLC 165/2008 – Altera o art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, sobre notificação de infração.

Tramita em conjunto com

PLC 172/2008 – Acrescenta art. 81-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de

Trânsito Brasileiro, para dispor sobre placa indicativa de pronto-socorro nas rodovias.

Tramita em conjunto com

PLC 198/2008 – Altera a redação do inciso IX do caput do art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (obriga os órgãos de trânsito estaduais a encaminharem relatórios semestrais das ocorrências de trânsito aos Municípios).

Tramita em conjunto com

PLS 19/2008 – Altera o Código de Trânsito Brasileiro para fixar referências na avaliação, pelo juiz, do elemento subjetivo nas hipóteses de homicídio e lesão corporal praticados na direção de veículo automotor.

Tramita em conjunto com

PLS 202/2008 – Altera dispositivo da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para exigir visibilidade dos equipamentos eletrônicos medidores de velocidade instalados nas vias públicas e impedir a vinculação do produto da arrecadação de multas à remuneração contratual.

Tramita em conjunto com

PLS 253/2008 – Acrescente-se §§ 6º e 7º ao artigo 147, da Lei nº. 9.503, de 23/09/1997, Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório a realização de exame psicológico ao "infrator contumaz da legislação de trânsito".

Tramita em conjunto com

PLS 280/2008 – Altera o art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a substituição dos caracteres de identificação da placa do veículo quando comprovada a existência de cópia obtida ilegalmente.

Tramita em conjunto com

PLS 426/2008 – Acrescenta parágrafo ao art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a terceirização na operação de aparelhos ou equipamentos empregados na fiscalização eletrônica de velocidades.

Tramita em conjunto com

PLC 48/2009 - Acrescenta inciso VIII ao caput do art. 23 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar competência às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.

PLC 45/2008 - Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000.	Aprovado parecer favorável, nos termos da emenda nº 1- CCJ/CMA (Substitutivo). (NT)	CMA	03/09
--	---	------------	--------------

PLC 132/2008 – Complementar - Altera a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, acrescentando § 6º ao art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.	Aprovado o parecer favorável e as emendas nºs 1 e 2-CAE. (NT)	CI	04/09
PLC 188/2008 - Cria a Comenda do Mérito Ambiental.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CE	03/09
PLC 79/2009 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher).	Rejeitado o PLS 254/2010, e o PLC nº 79/09, e os PLS nºs 31, 143, 155 e 371/08; PLC nº 171/09; PLS nº 279/09; PLS nºs 95, 277 e 232/10, que tramitam em conjunto. (T)	CE	03/09
Tramita em conjunto com			
PLS 31/2008 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino facultativo da temática "História e Cultura Indígena Brasileira", e dá outras providências.			
Tramita em conjunto com			
PLS 143/2008 - Altera o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o conteúdo relativo aos primeiros socorros no ensino fundamental e médio.			
Tramita em conjunto com			
PLS 155/2008 - Dá nova redação ao § 4º do art. 26 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a incluir a obrigação de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil.			
Tramita em conjunto com			
PLS 371/2008 - Altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para introduzir no currículo do ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia.			
Tramita em conjunto com			
PLC 171/2009 - Altera a redação do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (cria a disciplina "Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio)			
Tramita em conjunto com			
PLS 279/2009 - Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania.			
Tramita em conjunto com			
PLS 95/2010 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da			

educação nacional, para tornar obrigatória a inclusão de componente específico de Práticas de Trabalho no currículo do ensino fundamental e médio.

Tramita em conjunto com

PLS 232/2010 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na base curricular comum do ensino fundamental e médio o estudo dos aspectos geográficos, históricos e econômicos do Brasil, bem como de seus fundamentos legais.

Tramita em conjunto com

PLS 254/2010 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o estudo, no ensino médio, dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal.

PLC 143/2009 - Acrescenta parágrafo único ao art. 9º e altera o art.12, ambos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Altera a Lei dos Cartórios para dispor sobre infrações cometidas por Tabeliães de Notas).

Tramita em conjunto com

PLS 501/2007 - Altera o Título IV da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 com a redação dada pelas Leis 6.216, de 30 de junho de 1975 e 10.267, de 28 de agosto de 2001 e a Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994 que dispõem sobre os registros públicos.

PLC 59/2010 - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.

PLC 28/2012 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino.

Aprovado parecer, pela aprovação do PLC nº 143/2009, com as emendas nº 1 e 2-CMA, e pela rejeição do PLS nº 501/2007. (NT)

O Substitutivo é definitivamente adotado. (T)

O Substitutivo é adotado pela Comissão. (T)

CMA **17/09**

CMA **03/09**

CE **03/09**

CE **10/09**

CCJ **25/09**

PLC 31/2012 - Acrescenta art. 85-A ao Capítulo VII - Da Sinalização de Trânsito da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre faixas de pedestres.

Aprovado o Projeto e as Emendas de redação nºs 1-CCJ e 2-CCJ. (T)

PLC 103/2012 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). (NT)

CCJ **25/09**

PLC 1/2013 - Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

Aprovado parecer favorável. (NT)

CE **03/09**

PLC 26/2013 - Altera os arts. 173, 174, 175, 191, 202, 203, 292, 302, 303, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre sanções administrativas e crimes de trânsito.	Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). (NT)	CCJ	19/09
PLC 33/2013 - Dispõe sobre a imprescindibilidade da presença de advogado nas ações trabalhistas e prescreve critérios para fixação de honorários advocatícios e periciais na Justiça do Trabalho, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013. (NT)	CAS	04/09
PLC 40/2013 - Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CAE	10/09
PLC 43/2013 - Altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.	Aprovado parecer favorável, com a emenda nº 1 CAE/CRE. (NT)	CRE	26/09

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS

PDS 90/2007 - Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003.	Aprovado parecer pela rejeição. (NT)	CRA	19/09
PDS 85/2013 - Susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais.	Aprovado parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	25/09
PDS 91/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARATAQUENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arataca, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	10/09
PDS 96/2013 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRIÂNGULO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	10/09
PDS 97/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DELTA DO JACUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	10/09
PDS 110/2013 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CARIJÓS LTDA. para	Aprovado o Projeto.	CCT	10/09

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

PDS 111/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA O BEM DA COMUNIDADE DO Povoado CORURIPE DA CAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas

PDS 114/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE VILA NOVA DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova do Piauí, Estado do Piauí.

PDS 116/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VITÓRIA FM DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passagem Franca do Piauí, Estado do Piauí.

PDS 121/2013 - Aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres - CMS, assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979.

PDS 121/2013 - Aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres - CMS, assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979.

PDS 177/2013 - Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, assinado em Letícia, em 20 de julho de 2008.

PDS 123/2013 - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.

PDS 130/2013 - Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES JORNAL DAS MISSÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.

PDS 134/2013 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao PORTAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

PDS 140/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE CARAVELAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caravelas, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	10/09
PDS 155/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BONJESUENSE DE RADIODIFUSÃO - ACBR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus da Penha, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	10/09
PDS 166/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO PRIMEIRO DE MAIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	10/09
PDS 169/2013 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	10/09
PDS 177/2013 - Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, assinado em Leticia, em 20 de julho de 2008.	Aprovado parecer pela favorável. (NT)	CRE	26/09

REQUERIMENTO – RQS

RQS 852/2013 - Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para a ex-vice-presidente sul-africana Phumzile Mlambo-Ngcuka, que foi nomeada para dirigir a Agência da ONU para as mulheres, no dia 10 de julho de 2013.	Aprovado. (NT)	CRE	05/09
--	----------------	-----	-------

EMENDAS DE PLENÁRIO – EMEN PLEN

EMEN PLEN Nº 2 À PEC 123/2011 - Ementa do Projeto: Acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.	Aprovado parecer contrário à Emenda nº 2–PLEN. (NT)	CCJ	11/09
--	---	-----	-------

MENSAGEM “SF” – MSF

MSF 61/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o	Sabatina realizada. (NT)	CRE	12/09
--	-----------------------------	-----	-------

art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

MSF 66/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO FERNANDO BRÉTAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

MSF 67/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação da Senhora MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

MSF 78/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

MSF 81/2013 - Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 45,270,000.00 (quarenta e cinco milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - PROFISCO".

MSF 84/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

MSF 87/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o

Sabatina realizada.
(NT)

CRE

19/09

Sabatina realizada.
(NT)

CRE

19/09

Sabatina realizada.
(NT)

CRE

12/09

Aprovado parecer
favorável nos termos
do PRS
apresentado. (NT)

CAE

03/09

Sabatina realizada.
(NT)

CRE

26/09

Sabatina realizada.
(NT)

CRE

26/09

art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO MARTINS FELICIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

OFÍCIO “S” – OFS

OFS 20/2013 - Encaminha cópia do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual da ANEEL referente ao exercício de 2012.	Aprovado parecer, pelo conhecimento, envio de cópias para a CCJ, CAE e CI, e posterior arquivamento. (NT)	CMA	03/09
---	---	-----	-------

AVISO – AVS

AVS 24/2013 - Encaminha cópia do Acórdão nº 3.135, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, acerca da fixação, para o exercício de 2013, dos coeficientes destinados ao cálculo das quotas de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (TC 040.431/2012-6).	Aprovado parecer, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. (NT)	CMA	17/09
---	---	-----	-------

AVS 32/2013 - Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 3335/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à auditoria de conformidade realizada na Superintendência Regional do INCRA no Mato Grosso do Sul, com a finalidade de verificar a conformidade das ações desenvolvidas nas áreas de infraestrutura e de assistência técnica e extensão rural em assentamentos rurais no Estado do Mato Grosso do Sul (TC 014.202/2012-3).	Aprovado o parecer, pelo conhecimento e arquivamento. (NT)	CRA	19/09
---	--	-----	-------

SUGESTÃO – SUG

SUG 2/2013 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Ensino Básico.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PLS apresentado. (NT)	CDH	18/09
SUG 8/2013 - Sugere alterações na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Aprovado o parecer contrário. (NT)	CDH	18/09

Instalação de Colegiado e Eleição

COMISSÃO DO SENADO FUTURO (CSF)

- Dia 17 de setembro**

Instalação dos trabalhos da Comissão. Eleitos o Senador Luiz Henrique, como Presidente, e o Senador Cristovam Buarque, como Relator.

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD - Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD - Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução do Senado
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas de Plenário
MSF – Mensagem “SF”
REC – Recursos
OFS “S” – Ofício “SF”
DIV – Diversos
AVS – Aviso
AMA - AVS “CMA” - Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
DEN – Denúncia
DAS – Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais
REP – Representação
CON - Consulta

**C.2 - Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias
e Parlamentares de Inquérito.
Relatório da COCETI – 02/02 a 30/09/2013**

Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA DO CÓDIGO PENAL PLS 236/2012	2012	5	9	4							
	2013	9	14	19							
	Total	14	23	23							
MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PLS 281, 282 e 283/2012	2012	4	9	9							
	2013	4	3	3							
	Total	8	12	12							
TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO RQS 514/11	2012	5	4	4							
	2013	2	2	2							
	Total	7	6	6							
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE RQS 145/12	2013	9	0	0							
COMBATE A INCÊNDIOS RQS 18/13	2013	6	4	4							Relatório Final aprovado em 23.05.2013
FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL RQS 930/12	2013	3	3	3							Prazo encerrado em 16.07.13
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ATS 19/13	2013	6	5	5							
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ATS 36/13	2013	0	0	0							Aguardando Instalação
SEGURANÇA PÚBLICA ATS 37/13	2013	0	0	0							Aguardando Instalação

COMISSÕES TEMPORÁRIAS MISTAS										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				
						PEC	REQ	PRN	PL	Obs
REFORMA DO REGIMENTO COMUM ATN 01/13	2013	4	0	0						
CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ATN 02/13	2013	11	0	0					3	
DEFENSORIA PÚBLICA DO DF PEC 07/08	2013	0	0	0						Aguardando Instalação

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				Obs.
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS
VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE RQS 105/13	2013	0	0	0						Aguardando Instalação
ESPIONAGEM RQS 811/2013	2013	5	30	30	2					

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				Obs.
						PEC	REQ	PRN	PL	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011	2012	35	744	742	344			0	0	Relatório Final aprovado em 04.07.13
	2013	2	0	0	30			1	13	
	Total	37	744	742	374			1	13	

COMISSÕES DE JURISTAS						
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Anteprojetos
CÓDIGO ELEITORAL ATS 192/10	2010	5				
	2011					
	2012					
	2013					
LEI DE EXECUÇÕES PENais RQS 848/12	2013	6	0	0		
LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO RQS 702/12	2013	13	0	0		Relatório final aprovado em 27.09.13, concluindo pela apresentação de 2 (dois) Anteprojetos.
CÓDIGO COMERCIAL ATS 13/13	2013	7	0	0		

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
CT - Código de Defesa do Consumidor (CTRCDC)	4
Comissão Externa - Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR)	1
CT - Reforma do Código Penal (CTRCP)	6
Comissão Mista Especial - Reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional (CMRRC)	2
CT - Levantamento da Legislação Pertinente à Prevenção e Combate de Incêndios no Brasil (CTLEGINC)	4
CT – Financiamento do Sistema de Saúde (CTS)	5
Comissão Externa – Federação Paraense de Futebol (CTEFPF)	1
Comissão Externa – Lei de Licitações e Contratos (CTS)	5
Comissão de Juristas – Lei de Arbitragem e Mediação	5
Comissão de Juristas – Código Comercial	1
CPI – Espionagem	2
TOTAL	36

COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR OS PROJETOS DE LEI DE MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CTRCDC)**• Dia 19 de fevereiro**

Finalidade:

Exposições sobre Prevenção do Superendividamento

Participantes:

- **Cláudia Lima Marques** - Membro da Comissão de Juristas para Atualização do Código de Defesa do Consumidor;
- **Clarissa Costa de Lima** - Juíza de Direito do Estado do Rio Grande do Sul e Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON;
- **Alessandra Bentes** - Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- **Silvânio Covas** - Diretor Jurídico da Serasa-Experian;
- **Juan Ferres** - Economista Consultor da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECs;
- **José Virgílio Vita Neto** - Representante da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.

Dia 12 de março

Finalidade:

Exposições sobre Ações Coletivas

Participantes:

- **Ada Pellegrini Grinover** - membro da Comissão de Juristas para Atualização do Código de Defesa do Consumidor;
- **Paulo Roberto Binicheski** - Promotor de Justiça do MPDFT;
- **Murilo de Moraes e Miranda** - Promotor de Justiça do Estado do Goiás e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON;
- **Horácio Xavier Franco** - Defensor Público do Estado de São Paulo e Coordenador da Comissão Nacional de Defensores Públicos de Defesa do Consumidor – CNDPCON;
- **Gregório Assagra** - assessor de projetos e articulação interinstitucional da Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça), Dirigente do Centro de Aperfeiçoamento Funcional do MP-MG;
- **Valquíria Oliveira Quixadá Nunes** - Procuradora Regional da República da 1ª Região;
- **Rosana Grinberg** - Presidente do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor – FNECDC;
- **José Virgílio Vita Neto** - representante da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.

Dia 08 de abril

Finalidade:

Exposições com o tema: “Atuação e fortalecimento dos Procons no âmbito do direito consumerista”.

Participantes:

- **José Guilherme Vasi Werner** – Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;;
- **Juliana Pereira da Silva** – Secretária Nacional do Consumidor – SENACON, do Ministério da Justiça;
- **Gisela Simona Viana de Souza** – Superintendente do Procon-MT e Presidente da Associação Brasileira de Procons;
- **Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho** – Presidente da Seccional da OAB/Paraíba e Presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB;
- **Antônio Carlos de Toledo Negrão** – Diretor Jurídico da FEBRABAN.

Dia 29 de abril**Finalidade:**

Exposições com o tema: "Publicidade Infantil e consumo sustentável".

Participantes:

- **Alexandre Kruel Jobim** - Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais da Rede Brasil Sul – RBS;
- **Edney Narchi** - Vice-Presidente Executivo do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR;
- **Maria Edna de Melo** - Diretora da Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO;
- **Marcelo Gomes Sodré** - Procurador do Estado de São Paulo;
- **Isabella Henriques** - Diretora do Instituto ALANA;
- **Aurélio Veiga Rios** - Subprocurador-Geral da República;
- **Edgard Rebouças** – Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (CTERIOSFR)**• Dia 19 de fevereiro****Finalidade:**

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Adriano Fernandez** - Representante da Carioca Engenharia;
- **Willian Tannus** - Representante do Grupo SERVENG;
- **Cassio Vitorri** - Representante da S/A Paulista Construções e Comércio;
- **Elmar Varjão** - Representante da Construtora OAS, Coesa e Barbosa Mello.

COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR PROJETO DE LEI DE REFORMA CÓDIGO PENAL (CTRPC)**• Dia 28 de fevereiro****Finalidade:**

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Luiz Carlos Gonçalves**;
- **Miguel Reale Júnior**.

• Dia 14 de março**Finalidade:**

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Juarez Cirino dos Santos**;
- **Rogério Sanchez Cunha**.

• Dia 16 de abril**Finalidade:**

Exposições sobre os temas: Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Propriedade Imaterial e Crimes Cibernéticos

Participantes:

- **Carlos Miguel Sobral** – Delegado da Polícia Federal;
- **Melissa Blagitz de Abreu e Silva** – Procuradora do Ministério Pùblico Federal;
- **Pedro Markun** – Membro da Transparência Hacker;
- **Tulio Vianna** – Professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

- **Dia 21 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o tema: Crimes Contra a Pessoa

Participantes:

- **Cláudio Lemos Fonteles** – Coordenador da Comissão Nacional da Verdade;
- **Hélcio Maciel França Madeira** – Professor da Universidade de São Paulo – USP.

- **Dia 11 de junho**

Finalidade:

Exposições sobre o tema: Sistema Penitenciário e Penas Alternativas

Participantes:

- **Ângelo Roncalii** – Ex-Diretor do Departamento Penitenciário Nacional;
- **Marivaldo de Castro Pereira** – Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça;
- **Fabiana Costa Barreto** – Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

- **Dia 25 de junho**

Finalidade:

Exposições sobre o Objeto da Comissão

Participantes:

- **Membros da Comissão de Juristas com a finalidade de realizar estudos e propor atualização da Lei de Execuções Penais.**

**COMISSÃO MISTA ESPECIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROPOSTA DE REGIMENTO
COMUM DO CONGRESSO NACIONAL (CMRRC)**

- **Dia 19 de março**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Raimundo Carreiro** – Ministro do Tribunal de Contas da União.

- **Dia 09 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Cláudia Lyra do Nascimento** – Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal.

**COMISSÃO ESPECIAL INTERNA COM A FINALIDADE DE FAZER LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO
PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL (CTLEGINC)**

- **Dia 04 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Humberto de Azevedo Viana Filho** – Secretário Nacional de Defesa Civil;
- **Adriano Kruckoski Ferreira** – Tenente-coronel do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Rio Grande do Sul;
- **Dayse Cavalcanti Duarte** – Professora da UFPE e doutora em Engenharia de Proteção a Incêndios pela Universidade de Edinburgh;
- **José Tadeu da Silva** – Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

- **Dia 18 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Cristina Villanova** – Diretora do Departamento de Política, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça;
- **Adilson Antônio da Silva** – Major do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- **José Carlos Riccardi Guimarães** – Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar – ASOFBM;
- **Helena Maria do Pojo Rego** – Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Nacional.

- **Dia 25 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Miguel Velasquez** – Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul - MP/RS;
- **Ricardo Nerbas** – Diretor da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL;
- **Armando Henrique** – Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho – FENATEST;
- **Carlos Alberto Pauletto** – Diretor da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul – CUT/RS;
- **Luiz Alcides Capoani** – Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA/RS;
- **Clayton Faria Machado** – Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes de Brasília.

- **Dia 16 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Rodrigo Garrido Dias** – Representante da Confederação Nacional dos Municípios;
- **Carlos Helbingen Júnior** – Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás.

COMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL (CTRCP)

- **Dia 11 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Odorico Monteiro** – Secretário de Gestão Estratégica do Ministério da Saúde;
- **Maria Socorro de Souza** – Presidente do Conselho Nacional da Saúde;
- **Ronald Ferreira** – Conselheiro Nacional de Saúde.

- **Dia 18 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Jurandi Frutuoso Silva** – Secretário Executivo do CONASS;
- **Rodrigo Cesar Faleiros de Lacerda** – Secretário Municipal de Saúde de Formosa/GO e representante do CONASEMS.

- **Dia 09 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Luciana Mendes Santos Servo** – Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;
- **Eduardo Batista de Sá** – Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

- **Dia 16 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Ivone Evangelista Cabral** – Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn;
- **Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão** – Vice-presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO;
- **Tarcísio Pinto** – Presidente da Associação Brasileira de Odontologia – Regional Taguatinga.

- **Dia 23 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **André Longo Araújo de Melo** – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;
- **Sandro Leal Alves** – Gerente-Geral da Federação Nacional de Saúde Suplementar;
- **Fausto Pereira dos Santos** – Ex-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

**COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL
(CTEFPF)**

- **Dia 14 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **João Paulo da Silva Corrêa**;
- **Edilson da Silva Moraes**.

COMISSÃO EXTERNA PARA ATUALIZAR E MODERNIZAR A LEI Nº 8.666 (CTLICON)

- **Dia 24 de junho**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Rodolpho Tourinho Neto** – Presidente-Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON;
- **Sidney Ferreira Batalha** – Gerente Executivo de Operações Jurídicas da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- **Luiz Henrique David** – Gestor de licitações da Confederação Nacional do Transporte – CNT;
- **Tatiana Abranches** – Advogada da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- **Júlio Fialkoski** – Vice-Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA;
- **João Alberto Viol** – Presidente do Sindicato da Arquitetura e da Engenharia – SINAENCO;
- **Mauro Ribeiro Viegas Filho** – Presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia – ABCE.

- **Dia 08 de julho**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Jorge Ulisses Jacoby Fernandes** – advogado e mestre em Direito.

- **Dia 05 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Hugo Cavalcante Nogueira** – Contra-Almirante Intendente do Comando da Marinha do Brasil;
- **José Carlos Nader Motta** – General de Divisão do Comando do Exército Brasileiro;
- **Gilberto Barros Santos** – Brigadeiro Intendente do Comando da Aeronáutica do Brasil;
- **Publílio Sejano Coutinho Madruga** – Chefe de Gabinete da Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa;
- **Wagner Rosa da Silva** – Diretor de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União;
- **Rafaelo Abritta** – Diretor do Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União;
- **Walisson Alan Correia de Almeida** – Auditor do Tribunal de Contas da União;
- **Vânia Beatriz Castiglioni** – Diretora de Administração e Finanças da EMBRAPA;
- **Marcos Vinícius Ferreira Mazoni** – Diretor-Presidente do SERPRO;
- **Thaís de Melo Queiroz** – do Departamento de Logística e Serviços Gerais da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação;
- **Osmar Parra** – do Departamento de Infraestrutura de Logística da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento.

- **Dia 19 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Paulo Simão** – Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC;
- **Jeovani Salomão** – Vice-Presidente de Articulação Política da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO;
- **Franco Oliveira** – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Especiais e Excepcionais – ABRADIMEX;
- **Jorge Froes Aguilar** – Diretor Executivo da Associação Brasileira do Atacado Farmacêutico – ABAFARMA;
- **Celita Oliveira Sousa** – Consultora Jurídica da Federação Nacional das Empresas de Serviço e Limpeza Ambiental – FEBRAC;
- **Carlos Roberto Vieira** – Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE;
- **Luciano Cardoso** – Representante da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública – ABLP;
- **Haroldo Pinheiro Villar** – Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR;
- **Paulo Henrique Paranhos** – Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Distrito Federal – IAB/DF.

- **Dia 02 de setembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Carlos Lago Bouza** – Especialista Sênior de Aquisições do Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- **Frederico Rabello** – Especialista Sênior de Aquisições do Banco Mundial;
- **Gileno Gurjão Barreto** – Sócio da Price Waterhouse Coopers;
- **Luis Roberto Ponte** – Ex-Deputado Federal, autor do Projeto de Lei nº 1.491/91 que deu origem à Lei 8.666;
- **Juliana dos Santos Loiola** – representante da Confederação Nacional dos Municípios;
- **Mauro Ricardo Machado Costa** – Secretário Municipal de Fazenda de Salvador;
- **Ricardo Leite Ribeiro** – Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;
- **Edmundo Oliveira** – Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM.

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO (CJARB)**• Dia 09 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Flávio Crocce Caetano** – Secretário de Reforma do Judiciário.

• Dia 26 de agosto

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Marco Antonio Sampaio Moreira Leite** – Presidente do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA;
- **Francisco José Cahali** – Conselheiro e Árbitro do Conselho Arbitral do Estado de São Paulo – CAESP;
- **Leonardo Delmondes Avelino** – Presidente da 2^a Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia;
- **Marlon Tramontina Cruz Urtozini** – Advogado do Bradesco e Coordenador da Subcomissão de Conciliação da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN;
- **Luiz Olavo Baptista** – Árbitro da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP e representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP.

• Dia 27 de agosto

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Roberto Teixeira da Costa** – Presidente da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da BM&F Bovespa;
- **Paul Eric Mason** – Coordenador do International Mediation Institute no Brasil – IMI;
- **Andrea Maia** – Coordenadora do International Mediation Institute no Brasil – IMI;
- **Frederico Straube** – Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá;
- **Mariana Freitas** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil;
- **Joaquim de Paiva Muniz** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil;
- **Ricardo Loretti** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil;
- **Samantha Pelajo** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Mediação da Ordem dos Advogados do Brasil.

• Dia 28 de agosto

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Amaury Oliva** – Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor;
- **Roberto Pasqualin** – Presidente do Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio no Brasil;
- **Aldovrando Teles Torres** – Assessor Jurídico da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil;
- **Ana Lucia Pereira** – Presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem – CONIMA;
- **Simone Andreia Pinto Ambrósio** – Diretora-Geral União dos Advogados Públícos Federais do Brasil – UNAFE;
- **Ricardo Pereira Junior** – Juiz Coordenador, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadanias do Tribunal de Justiça de São Paulo – CEJUSC/SP;
- **Rogério Portugal Bacellar** – Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG/BR.

- **Dia 29 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Octavio Fragata Martins de Barros** – Diretor do IDEA - Instituto de Estudos Arbitrais;
- **Carlos Henrique de C. Fróes** – Presidente da Comissão de Arbitragem do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB;
- **Lauro da Gama e Souza Júnior** – Presidente do CBAR - Comitê Brasileiro de Arbitragem;
- **Luiz Périssé Duarte Junior** – Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP;
- **Cássio Augusto Muniz Borges** – Gerente Executivo da Diretoria Jurídica da Confederação Nacional da Indústria;
- **Marcelo Dias Gonçalves Vilela** – Presidente da Câmara de Arbitragem Empresarial Brasil – CAMARB.

COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL (CJNCCOM)

- **Dia 26 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Armando Rovai** – Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CPI DA ESPIONAGEM (CPIDAESP)

- **Dia 17 de setembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Magda Chambriard** – Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

- **Dia 18 de setembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Maria das Graças Silva Foster** – Presidente da Petrobras.

DILIGÊNCIAS

DILIGÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão Externa - Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR).	4
TOTAL	4

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (CTERIOSFR)**• Dias 07 e 08 de março nos estados de Pernambuco e Ceará**

Finalidade:

Visita ao Eixo Norte da obra de transposição do Rio São Francisco

Participantes:

- **Fernando Bezerra** – Ministro da Integração Nacional.

• Dia 19 de abril nos estados da Paraíba e Pernambuco

Finalidade:

Visita ao Trecho Leste da obra de transposição do Rio São Francisco

Participantes:

- **Fernando Bezerra** – Ministro da Integração Nacional;
- **Robson Botelho** – Diretor de Recursos Hídricos do Ministério da Integração Nacional;
- **Luiz Cláudio de Freitas** – Representante da Controladoria-Geral da União;
- **Hugo Motta** – Deputado Federal;
- **Carlos Brandão** – Deputado Federal.

• Dia 26 de agosto em Monteiro/PB

Finalidade:

Solenidade da Assinatura de Ordem de Serviço de serviço para início das obras da Meta 3 do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco.

Participantes:

- **Fernando Bezerra** – Ministro da Integração Nacional;

• Dia 30 de agosto em Serra Talhada/PE

Finalidade:

Discutir o andamento da Obra de Transposição do Rio São Francisco, bem como as obras de segurança hídrica.

Participantes:

- **Prefeitos do Estado de Pernambuco de municípios beneficiados pelas obras de transposição.**

C.3 - Coordenação de Comissões Mistas
Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 30/09/2013

MEDIDAS PROVISÓRIAS EM TRAMITAÇÃO NA COCM	
MEDIDAS PROVISÓRIAS	DATA DA PUBLICAÇÃO
615/2013	20/05/2013
617/2013	03/06/2013
618/2013	06/06/2013
619/2013	07/06/2013
620/2013	12/06/2013
621/2013	09/07/2013
623/2013	19/07/2013

VETOS EM TRAMITAÇÃO NA COCM (após Resolução nº 1, 2013 – CN)	
VETO	PRAZO NA COMISSÃO
33/2013	23/09/2013
34/2013	23/09/2013
35/2013	23/09/2013
36/2013	02/10/2013
37/2013	02/10/2013

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO EM TRAMITAÇÃO NA COCM (art.11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN)	
	MEDIDA PROVISÓRIA
PDS 181/2013	612/2013

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS DE MEDIDA PROVISÓRIA

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
MEDIDAS PROVISÓRIAS	
MPV 615/2013	01
MPV 617/2013	01
MPV 618/2013	01
MPV 619/2013	01
MPV 620/2013	01
MPV 621/2013	04
MPV 623/2013	02
TOTAL	11

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 615/2013

27/08/2013 – 3^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 615, adotada em 17 de Maio de 2013, que “Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol da região Nordeste e o financiamento da renovação e implantação de navais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB; altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para autorizar a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, títulos da dívida pública mobiliária federal; e dá outras providências.”

Resultado: Iniciada a Reunião em 27/08/2013, o Senador Gim procede à leitura do Relatório. Fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. A Reunião é suspensa. Reaberta a Reunião em 03/09/2013, o Senador Gim apresenta complementação de voto, promovendo alterações ao Projeto de Lei de Conversão apresentado. Colocado em votação o Relatório do Senador Gim com as alterações propostas, é aprovado, passando a constituir Parecer da Comissão, concluindo pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 615, de 2013, e pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 2, 9, 12, 14, 20, 22, 23, 24, 26, 41, 50, 52, 53, 54, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 71, 83, 94, 95, 98, 100, 102 e 103 na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 617/2013

04/09/2013 – 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 617, adotada em 31 de Maio de 2013, que “*Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona*”.

Resultado: Em 04/09/2013 é aberta a Reunião. O Relator, Deputado Mário Negromonte, faz a leitura do Relatório. A Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais. A Reunião é suspensa. Em 17/09/2013 é reaberta a Reunião. O Relator faz a leitura da Complementação de Voto. A Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais. A Reunião é suspensa. Em 18/09/2013 é reaberta a Reunião. Colocado em votação, o Relatório é aprovado e passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 617, de 2013, e das Emendas nºs 1 a 37 e 39 a 104, e, quanto ao mérito, pela aprovação da referida Medida Provisória, pela aprovação parcial das Emendas nºs 2, 30, 31, 56, 69, 70, 71, 72, 73, 81, 87 e 98, na forma do Projeto de Lei de Conversão alterado pela Complementação apresentada, e pela rejeição das demais emendas.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 618/2013

10/09/2013 – 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 618, adotada em 5 de Junho de 2013, que “*Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação; autoriza o aumento do capital social da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; autoriza a União a renegociar condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que menciona; altera o cálculo da receita líquida real dos Municípios, para adequação à Lei nº 10.527, de 8 de agosto de 2002; autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; promove ações de cooperação energética com países da América Latina; e dá outras providências.*”

Resultado: Aberta em 10/09/2013, a Reunião é suspensa. Em 11/09/2013, a Reunião é reaberta. O Senador Valdir Raupp procede à leitura do relatório. Fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. Em seguida, a Reunião é suspensa. Em 17.09.2013, a Reunião é reaberta. O Relator, Senador Valdir Raupp, procede à leitura de Errata ao Projeto de Lei de Conversão apresentado. A Reunião é suspensa às doze horas e quarenta minutos, reabrindo às treze horas e cinquenta e nove minutos. Aprovado o Requerimento nº 1-MPV/618-2013, do Deputado Rodrigo Maia, solicitando destaque para supressão do art. 11 do Projeto de Lei de

Conversão apresentado. Colocado em votação o relatório do Senador Valdir Raupp com as alterações propostas, ressalvado o destaque, é aprovado, passando a constituir Parecer da Comissão, concluindo pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 618, de 2013, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, das Emendas de nºs 35 e 50 e rejeição das demais emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. Colocado em votação a supressão do art. 11 do PLV, objeto do Requerimento de destaque nº 1-MPV/618-2013. A supressão é aprovada.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 619/2013

17/09/2013 – 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 619, adotada em 7 de Junho de 2013, que *“Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre prazos do penhor rural, e as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, celebrados por instituições financeiras por meio de instrumentos particulares; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; e dá outras providências.”*

Resultado: Em 17/09/2013, é lido o Relatório do Deputado João Carlos Bacelar. Fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. O Senador José Pimentel é eleito para o cargo de Presidente. A Reunião é suspensa. Em 24/09/2013, reaberta a Reunião, o Relator procede à leitura de Complementação de Voto. É aprovado o Relatório do Deputado João Carlos Bacelar, que passa a constituir o Parecer da Comissão, concluindo pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 619, de 2013, bem como do Projeto de Lei de Conversão apresentado; pela constitucionalidade juridicidade e boa técnica legislativa das emendas nº 1 a 13, 15 a 88 e 92, a ela oferecidas; pela inconstitucionalidade das emendas nº 89, 90 e 91, não cabendo manifestação quanto à juridicidade e técnica legislativa dessas emendas; pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 619, de 2013, e das emendas a ela apresentadas, bem como do Projeto de Lei de Conversão apresentado; pela aprovação da Medida Provisória nº 619, de 2013, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, bem como das emendas nº 2, 4, 5, 6, 15, 34, 50, 52, 53, 54, 60, 61, 64, 72, 75, 82, 83, 85, 86, 87 e 88, também na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 620/2013

03/09/2013 – 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 620, adotada em 12 de Junho de 2013, que “*Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal, altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências.*”.

Resultado: Aprovado o Relatório da Senadora Ana Rita, que passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência da Medida Provisória nº 620, de 2013, e sua constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e de técnica legislativa. No mérito, o voto é pela aprovação da MPV nº 620, de 2013, e das Emendas nº 23 e 28, e pela rejeição das demais emendas, nos termos Projeto de Lei de Conversão apresentado.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 621/2013

03/09/2013 – 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 621, adotada em 9 de Julho de 2013, que “*Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências*”.

Resultado: Nesta data é realizada a 3ª Reunião da Comissão, destinada à realização de Audiência Pública, com a presença dos seguintes participantes: Natalino Salgado Filho – Presidente da Comissão de Hospitais Universitários da Andifes; Jorge José Santos Solla – Secretário de Estado da Saúde da Bahia e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; Henrique Duarte Prata – Diretor-Geral do Hospital de Câncer de Barretos; Ivone Evangelista Cabral- Conselheira Nacional de Saúde – CNS; Carlos Vital Tavares Corrêa Lima- Presidente em Exercício do Conselho Federal de Medicina – CFM; Antônio Carlos Lopes – Coordenador do Fórum Nacional de Dirigentes de Escolas de Medicina das Instituições Federais de Ensino Superior; Mozart Júlio Tabosa Sales - Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde – MS; e José Enio Duarte – Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS.

10/09/2013 – 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 621, adotada em 9 de Julho de 2013, que “*Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências*”.

Resultado: Nesta data é realizada a 4ª Reunião da Comissão, destinada à realização de Audiência Pública, com a presença dos seguintes participantes: Paulo Speller -

Presidente da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e Secretário de Educação Superior (SESU/MEC); Jadete Barbosa Lampert – Diretora-Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM); Florentino Cardoso – Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); Fernando Antonio Menezes da Silva - Diretor de Programas da Secretaria da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde / SGTES do Ministério da Saúde; Ana Maria Costa – Conselheira Nacional de Saúde (CNS); Gustavo Henrique de Sousa Balduino – Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); e Beatriz Rodrigues Abreu da Costa – Presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR).

17/09/2013 – 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 621, a dotada em 9 de Julho de 2013, que *“Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências”*.

Resultado: Nesta data é realizada a 5ª Reunião da Comissão, destinada à realização de Audiência Pública, com a presença dos seguintes participantes: Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM; Mozart Júlio Tabosa Sales, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde – MS; Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região; e Jorge José Santos Solla, Secretário de Estado da Saúde da Bahia e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS. Recebidos os requerimentos do Deputado Mandetta, do Deputado Ronaldo Caiado e do Senador Eduardo Amorim, solicitando a realização de audiência pública para debater a matéria; e o requerimento do Deputado Mandetta e do Deputado Ronaldo Caiado solicitando a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado.

18/09/2013 – 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 621, a dotada em 9 de Julho de 2013, que *“Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências”*.

Resultado: O Relator, Deputado Rogério Carvalho, faz a leitura do Relatório. Fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 623/2013

04/09/2013 – 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 623, adotada em 19 de Julho de 2013, que *“Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”*.

Resultado: Em 4 de setembro de 2013, é aberta a reunião. São lidos Requerimentos nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Cícero Lucena, Relator na Comissão, solicitando realização de audiência pública para instruir a matéria. É suspensa a reunião e sua reabertura fica marcada para o dia 10 de setembro de 2013. A reunião é reaberta em

10 de setembro de 2013. São apresentados Requerimentos nºs 4 e 5, de autoria dos Deputados Paulão e Danilo Forte, respectivamente. São aprovados os Requerimentos de nºs 1 a 5/MPV623-2013.

24/09/2013 – 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 623, adotada em 19 de Julho de 2013, que “Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”.

Resultado: Nesta data é realizada a 3ª Reunião da Comissão. Realizada Audiência Pública com a presença dos seguintes participantes: Sr. Jenner Guimarães Rêgo, Secretário de Fundos e Incentivos do Ministério da Integração Nacional; Sr. João Pinto Rabelo Júnior, Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e Sr. Mário Antônio Pereira Borba, Diretor Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba.

PARECERES APROVADOS PELAS COMISSÕES MISTAS

RELATÓRIOS APROVADOS NA COMISSÃO	
MEDIDA PROVISÓRIA	
MPV 615/2013	01
MPV 617/2013	01
MPV 618/2013	01
MPV 619/2013	01
MPV 620/2013	01
TOTAL	05

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 02/02 A 30/09/2013**REUNIÕES**

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
MPV 582/2012	01
MPV 586/2012	01
MPV 587/2012	01
MPV 589/2012	02
MPV 590/2012	02
MPV 591/2012	02
MPV 592/2012	05
MPV 593/2012	05
MPV 594/2012	02
MPV 595/2012	11
MPV 597/2012	05
MPV 599/2012	07
MPV 600/2012	05
MPV 601/2012	06
MPV 602/2012	02
MPV 603/2013	02
MPV 605/2013	06
MPV 606/2013	02
MPV 607/2013	03
MPV 608/2013	06
MPV 609/2013	04
MPV 610/2013	03
MPV 612/2013	03
MPV 613/2013	04
MPV 614/2013	03
MPV 615/2013	03
MPV 617/2013	02
MPV 618/2013	02
MPV 619/2013	02
MPV 620/2013	02

MPV 621/2013	06
MPV 623/2013	03
TOTAL ACUMULADO	113

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
Medida Provisória nº 592, de 2012	2
Medida Provisória nº 593, de 2012	1
Medida Provisória nº 595, de 2012	7
Medida Provisória nº 597, de 2012	2
Medida Provisória nº 599, de 2012	3
Medida Provisória nº 600, de 2012	1
Medida Provisória nº 601, de 2012	3
Medida Provisória nº 605, de 2013	3
Medida Provisória nº 608, de 2013	1
Medida Provisória nº 609, de 2013	1
Medida Provisória nº 621, de 2013	3
Medida Provisória nº 623, de 2013	1
TOTAL ACUMULADO	28

PARECERES APROVADOS

FEVEREIRO/2013	01
MARÇO/2013	03
ABRIL/2013	07
MAIO/2013	05
JUNHO/2013	02
JULHO/2013	01
AGOSTO/2013	02
SETEMBRO/2013	05
TOTAL ACUMULADO	26

EMENDAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS

EMENDAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS	
MPV 597/2012	36
MPV 599/2012	218
MPV 600/2012	28
MPV 601/2012	124
MPV 602/2012	8
MPV 603/2013	26
MPV 605/2013	37
MPV 606/2013	53
MPV 607/2013	20
MPV 608/2013	28
MPV 609/2013	128
MPV 610/2013	119
MPV 612/2013	220
MPV 613/2013	93
MPV 614/2013	146
MPV 615/2013	104
MPV 617/2013	104
MPV 618/2013	100
MPV 619/2013	92

MPV 620/2013	72
MPV 621/2013	567
MPV 623/2013	108
TOTAL ACUMULADO	2431

D – ATENDIMENTO AO USUÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO

Atendimentos realizados 01 a 30/09/2013

Pedidos de Acesso a Informações (art. 30, III, da Lei 12.527)

Solicitações	Quantidade
Atendidas	121
Indeferidas	8
Total	129

Pedidos de Acesso a Informações (por meio de resposta)

Tipo de Canal	Quantidade
Telefone	102
E-mail	16
Presencial	2
Carta	0
Aguardando resposta	1
Total	121

Pedidos de Acesso a Informações (por Assunto)

Atendimentos por Categorias	Quantidade
Informações sobre tramitação de proposições específicas	52
Solicitações de listagem de proposições	5
Solicitação de peças legislativas (pareceres, avulsos, atas etc)	12
Identificação de proposições	16
Dúvidas gerais de processo legislativo	4
Dúvidas e reclamações relativas ao uso de ferramentas do sítio do Senado	4
Dúvidas sobre sessões e calendário do Senado	12
Outras	16
Total	121

Atendimentos realizados **01/01 a 30/09/2013**

Pedidos de Acesso a Informações (art. 30, III, da Lei 12.527)

Solicitações	Quantidade
Atendidas	791
Indeferidas	22
Total	813

Pedidos de Acesso a Informações (por meio de resposta)

Tipo de Canal	Quantidade
Telefone	558
E-mail	215
Presencial	12
Carta	2
Aguardando resposta	4
Total	791

Pedidos de Acesso a Informações (por Assunto)

Atendimentos por Categorias	Quantidade
Informações sobre tramitação de proposições específicas	271
Solicitações de listagem de proposições	47
Solicitação de peças legislativas (pareceres, avulsos, atas etc)	106
Identificação de proposições	85
Dúvidas gerais de processo legislativo	94
Dúvidas e reclamações relativas ao uso de ferramentas do sítio do Senado	33
Dúvidas sobre sessões e calendário do Senado	52
Outras	103
Total	791

E – OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

Atendimentos realizados

01 a 30/09/2013

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR REGIÃO	
SUDESTE	68
CENTRO-OESTE	23
SUL	20
NORDESTE	19
NÃO INFORMADO	3
NORTE	2
TOTAL	135

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR ESCOLARIDADE	
ENSINO SUPERIOR	58
ENSINO MÉDIO	35
PÓS-GRADUAÇÃO	31
ENSINO FUNDAMENTAL	11
TOTAL	135

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR GÊNERO	
MASCULINO	95
FEMININO	37
NÃO INFORMADO	3
TOTAL	135

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR FAIXA ETÁRIA								
TEMA	ATÉ 19 ANOS	DE 20 A 29 ANOS	DE 30 A 39 ANOS	DE 40 A 49 ANOS	DE 50 A 59 ANOS	MAIS DE 60 ANOS	NÃO INFORMADO	TOTAL
GESTÃO ADMINISTRATIVA	2	8	8	2	6	1		27
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA		1	4	5	6	4		20
ATUAÇÃO PARLAMENTAR	2	2	2	5	3	5		19
SAÚDE		1	1	5	3			10
FORA DA COMPETÊNCIA		1	7	7	8	3		26
OUTROS	1	2	3	10	8	9		33
TOTAL	5	15	25	34	34	22		135

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE ABORDAGEM	
SOLICITAÇÃO	49
RECLAMAÇÃO	36
CRÍTICA	29
SUGESTÃO	12
NÃO IDENTIFICADO	7
ELOGIO	2
TOTAL	135

Atendimentos realizados
01/01 a 30/09/2013

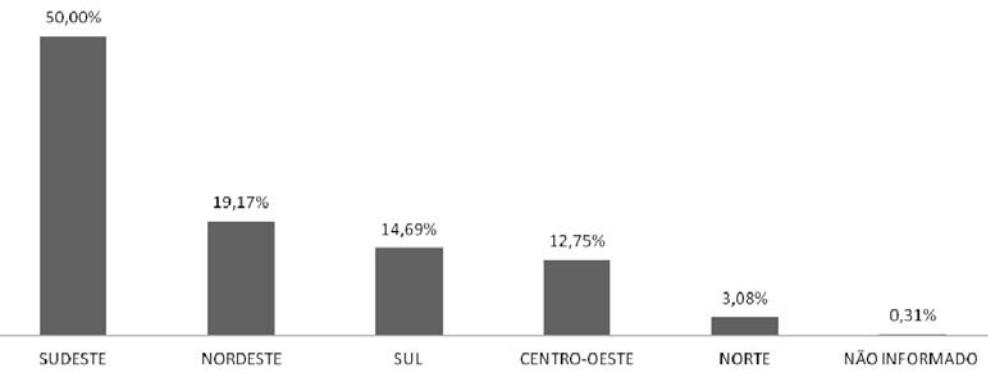
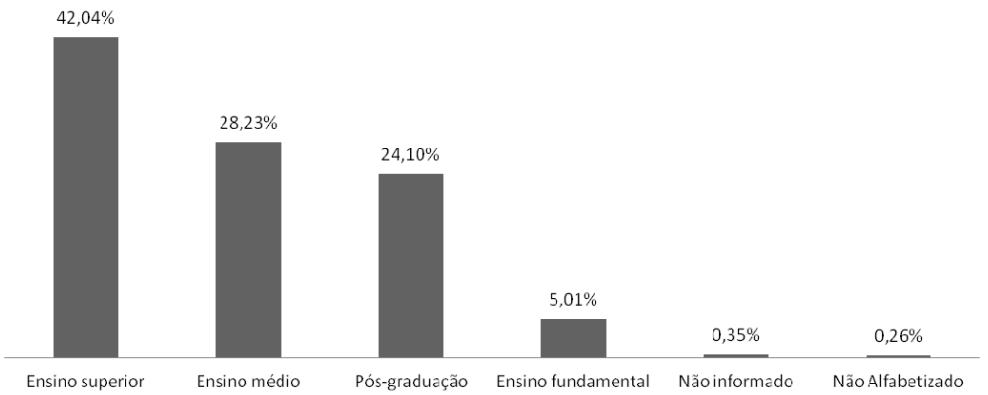
MENSAGENS CLASSIFICADAS POR REGIÃO	
SUDESTE	1.137
NORDESTE	436
SUL	334
CENTRO-OESTE	290
NORTE	70
NÃO INFORMADO	7
TOTAL	2.274

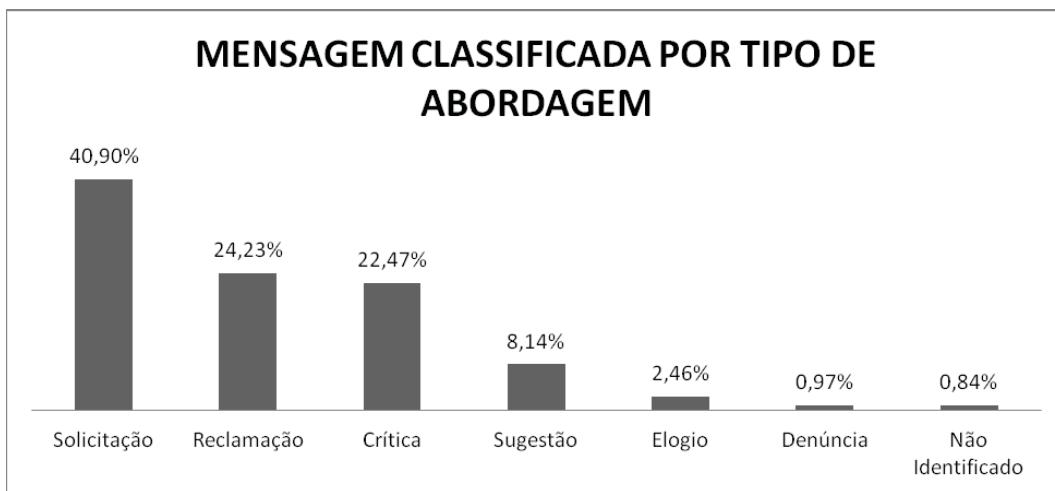
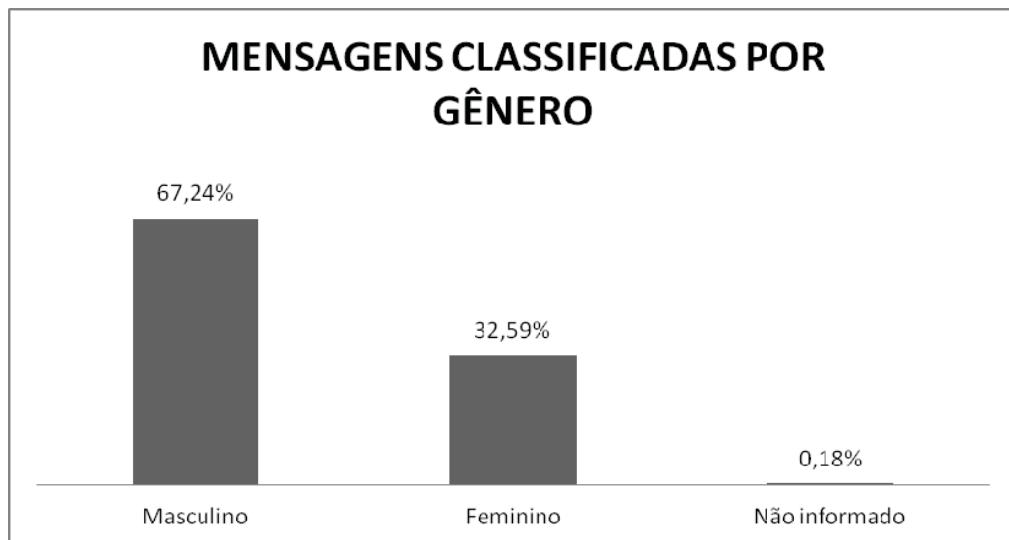
MENSAGENS CLASSIFICADAS POR ESCOLARIDADE	
ENSINO SUPERIOR	956
ENSINO MÉDIO	642
PÓS-GRADUAÇÃO	548
ENSINO FUNDAMENTAL	114
NÃO INFORMADO	8
NÃO ALFABETIZADO	6
TOTAL	2.274

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR GÊNERO	
MASCULINO	1529
FEMENINO	741
NÃO INFORMADO	4
TOTAL	2.274

MENSAGENS CLASSIFICADAS ASSUNTO E FAIXA ETÁRIA								
TEMA	ATÉ 19 ANOS	DE 20 A 29 ANOS	DE 30 A 39 ANOS	DE 40 A 49 ANOS	DE 50 A 59 ANOS	MAIS DE 60 ANOS	NÃO INFORMADO	TOTAL
ATUAÇÃO PARLAMENTAR	19	88	120	151	158	120	4	660
GESTÃO ADMINISTRATIVA	27	98	86	71	51	17	1	351
TRABALHO E EMPREGO	1	38	56	44	42	12		193
SEGURANÇA PÚBLICA	7	22	29	48	28	26	1	161
PROCESSO LEGISLATIVO	4	22	25	21	23	17	1	113
FORA DA COMPETÊNCIA	7	38	62	76	70	46	2	301
OUTROS	7	54	103	120	133	77	1	495
TOTAL	72	360	481	531	505	315	10	2.274

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE ABORDAGEM	
SOLICITAÇÃO	930
RECLAMAÇÃO	551
CRÍTICA	511
SUGESTÃO	185
ELOGIO	56
DENÚNCIA	22
NÃO INFORMADO	19
TOTAL	2.274

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR REGIÃO**MENSAGENS CLASSIFICADAS POR ESCOLARIDADE**



Edição de hoje: 144 páginas
(OS: 15850/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

